



PARA ALÉM DO VOTO: AVANÇAR NA FORMAÇÃO DO BLOCO POPULAR

*Documento nacional do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP),
Setembro de 2014.*

Após 50 anos do golpe de Estado que instaurou a ditadura militar do grande capital, vivemos *um momento de retomada de lutas de massa no Brasil*: já ascendente desde 2011-12, ganhou dimensões gigantescas nas *Jornadas de Junho 2013*; prossegue, em certa medida, nas greves e manifestações em curso. As manifestações de Junho desafiaram a blindagem conservadora que busca fabricar apatia e pasmaceira: após frustrações em cadeia, milhões de brasileiros se convencem que a partir da mobilização de ruas são possíveis vitórias (Cf. Voz Operária 20 e 21).

Vivemos o começo de um novo momento das lutas de classes no Brasil. As contradições e os conflitos vão se intensificar num ritmo mais acelerado, gerando uma situação mais favorável para as lutas populares e a construção concreta de um programa de transformações estruturais radicais. É nesta situação de revitalização da mobilização popular que em 2014 ocorrerão eleições para Governadores e Assembleias estaduais, para o Congresso Nacional (deputados e senadores) e a presidência da república.

Uma análise materialista-histórica da “conjuntura nacional” não deve abstrair sua integração no complexo sócio-histórico internacional de que faz parte, nem fazer concessões a uma oposição formalista e a-histórica entre estrutura-conjuntura. É necessário: duvidar dos dados empíricos isolados, não aceitar o que dizem os agentes da situação como algo transparente, por em causa as interpretações prévias elaboradas sobre os fatos, passar da aparência a essência (e vice-versa). A razão dialética marxista é eminentemente *prático-crítica*: não é só uma teoria crítica dos conceitos fixo-formalistas e a-históricos da economia política e das teorias sociais burguesas; é crítico da própria realidade alienada. Como conhecimento teórico-crítico veraz (objetivo e aprofundado), a “ciência-social-histórica” (MARX 1857 MEW Bd. 42: 40 trad.: 18) torna-se força material *prático-crítica*, quando responde às necessidades históricas e opera *a partir de dentro e através* do movimento de massas real negador da dominação burguesa.

Apesar das heroicas lutas do nosso povo, a revolução burguesa (totalidade do processo de transformação capitalista) no Brasil realizou-se por **via autocrática e permanentemente dependente**: sem democratismo plebeu e radical triunfante, sem uma efetiva transformação de caráter nacional-popular, sem reforma agrária e com um processo de urbanização deformado e



desordenado. Houve a superação do escravismo mercantil e a formação e consolidação da dominância do modo de produção capitalista; com a concretização do domínio de classe da burguesia na economia, na sociedade civil e no Estado. A industrialização produziu um proletariado socialmente majoritário e muito numeroso. No entanto – desde os seus acanhados primórdios e depois passando do capitalismo concorrencial dependente para o capitalismo monopolista dependente-associado – o desenvolvimento industrial caminhou submetido ao aprofundamento da dependência ao imperialismo, reproduzindo bloqueios ao processo de democratização.

A exposição totalizante de Florestan Fernandes sobre a particularidade do desenvolvimento da formação social brasileira significou um desenvolvimento original e criativo da teoria marxista da revolução burguesa. Na sua reconstrução teórica concreta de uma realidade histórica concreta e complexa, Florestan desenvolve uma análise dialética capaz de evitar as armadilhas mecanicistas/economicistas e subjetivistas/voluntaristas. Ao explicar porque a Revolução Burguesa *secundária-dependente* no Brasil se diferenciou estruturalmente dos casos *primários clássicos* e inclusive dos casos *primários não clássicos*, Florestan não fica preso a “tipos empíricos” funcionalistas e/ou “tipos ideais” weberianos. Ainda que dialogue com Durkheim, Max Weber e outros grandes sociólogos, ele integra e supera aquilo que pode ser descoberto por via intelectual (analítico-formal) numa análise dialética. Ele se fundamenta na categoria marxiana de *classicidade* (e não *classicidade*) das revoluções e fases de desenvolvimento histórico e nas teorias de Lênin sobre o *imperialismo* e sobre a *relação entre revolução burguesa e revolução proletária*.

Florestan apresenta em sua síntese teórica a gênese e *estruturação histórica da nossa formação social em sua “dupla articulação” interna e externa*. Articulação *interna*: desenvolvimento desigual entre distintas formas de produção, articulando setores arcaicos e modernos e implicando modos relativos de subdesenvolvimento. Articulação *externa*: superexploração dos trabalhadores geradora de superlucros compartilhados pela associação das classes dominantes internas, em particular algumas frações destas como o latifúndio exportador e a burguesia monopolista, com o capital imperialista, o que supõe e reproduz certas formas e modos de dependência. A novidade teórica da obra de Florestan é a exposição de como estas duas articulações se articulam dialeticamente entre si constituindo um todo unitário: a formação social brasileira. A “articulação externa” não é nem algo alheio a que as forças “internas” respondem nem mero “enclave”. **A articulação externa imperialismo/dependência é parte integrante constitutiva da própria estrutura interna: só pode ser suprimida com a superação desta estrutura.** Esta *formação social unitária* foi produzida mediante um *tipo específico de revolução burguesa*, gerando uma *estrutura contraditória e antagônica de*

classes, vivenciada nas lutas de classes, segundo as alternativas que se põem, se efetivam e se repõem historicamente.

Para que o movimento proletário e popular brasileiro avance na construção de organizações identificadas com a concretização de suas tarefas históricas (o que passa pela construção de seus requisitos políticos) é fundamental uma estratégia adequada da revolução brasileira, baseada na realidade concreta de nossa formação social. A clareza teórica de Florestan Fernandes acerca *da categoria sócio-histórica de revolução burguesa e suas relações dialéticas com a revolução proletária* formou “o fulcro” de sua elucidação das particularidades concretas da gênese e desenvolvimento de nossa formação social: *o Brasil que resultou de uma via autocrática e dependente de transformação capitalista*. Consideramos que a contribuição de Florestan – baseada no tratamento concreto do material histórico – é um fundamento teórico indispensável não só para a orientação estratégica da luta pelo socialismo em nosso país, como para o enfrentamento crítico-analítico e prático-crítico “do que resta da ditadura”. Após meio século do golpe de 1964, as forças sócio-políticas e personalidades ligadas ao movimento democrático-radical e socialista adquirem uma consciência cada vez mais nítida da necessidade de aprofundar um balanço histórico deste período. A realização de uma análise teórica de conjunto é uma necessidade prática e crítico-política para orientar as lutas voltadas para a superação da chamada “transição prolongada”: marcada pela reciclagem do bloco histórico autocrático, por repetidas frustrações das expectativas do povo trabalhador e pelo bloqueio das necessárias transformações sociais.

As estruturas autocráticas (herdadas do passado remoto ou recente da formação social brasileira) e as amarras criadas pelas oligarquias do *grande capital* (que dominam a vida nacional) vêm bloqueando as potencialidades democratizantes do sufrágio universal. O *capital financeiro (conglomerado de transnacionais e monopólios de origem local)* constituiu no Brasil um padrão de hegemonia autocrático. O grande capital concentra o Poder decisório e determina os aspectos essenciais do processo de produção e reprodução social: o direcionamento dos investimentos produtivos, os tipos de tecnologia, as principais produções (exportáveis), a orientação da intervenção do Estado na economia; assim como, a conexa reprodução de relações de superexploração do trabalho e intensificação das fortes desigualdades (econômico-sociais, culturais, etc.); marca enfim, todos os aspectos eivados de perversidade da reprodução de nossa formação social como um todo. Estes “peculiares” processos de reprodução de estruturas autocráticas são mediados por poderosas instituições, operadas pela ação dos intelectuais orgânicos (ou “elites”) do grande capital: diretamente patronais, tecnocrático-militares, midiáticos, político-partidários, acadêmicos, etc.



Para além dos projetos burgueses de organização da exploração econômica e de controle ideológico e político; interessa-nos, sobretudo, as contradições que as tentativas de realização destes projetos agudizam: no conjunto da formação social; no interior do capital e do movimento burguês; no interior do proletariado e demais classes subalternizadas em seus movimentos de afirmação; nas relações entre a burguesia como um todo e a classe trabalhadora como totalidade enquanto *forças fundamentais em confronto histórico*. Por aí procuramos apanhar os desafios e tarefas que surgem da história que está sendo feita pelo *movimento proletário e popular*. Este combate não só “o que resta da ditadura”, para que ela seja exterminada em seu último refúgio (a “transição prolongada”), mas deve avançar no sentido de eliminar a autocracia burguesa reciclada e construir uma autêntica república democrática e uma nova sociedade no Brasil. Neste documento político buscamos centrar a análise da realidade brasileira nas **relações essenciais sobre as quais a militância revolucionária deve incidir**¹.

A passagem da ditadura aberta para a “conciliação” conservadora não culminou numa modernização capaz de resolver a crise crônica do poder burguês no Brasil. No entanto, durante o período 1994-2014, ocorreu uma relativa estabilização conservadora da reciclagem “liberalizada” (grifo nas aspas) do bloco de poder imperialista/monopolista/latifundiário. A “conciliação” não é só uma retórica: *é um processo social que bloqueia (e estigmatiza ideologicamente) os processos democratizantes populares*. Os temas verdadeiramente importantes para os interesses da maioria do povo são praticamente silenciados ou neutralizados.

A “conciliação mudancista” passou por várias fases (do “centrão” à “peemedebização” dos governos petistas). Sem desconsiderar a existência de contradições e disputas reais no interior do bloco de poder do grande capital, deve-se ter claro que a “conciliação” foi engendrada para *reproduzir o bloco de*

¹ Devido ao pouco espaço de que dispomos aqui, nos limitamos à análise panorâmica de processos essenciais, sem nos deter na descrição de fatos isolados. Uma narrativa de complexos factuais relevantes (apontando as fontes que os documentam) aparece em ensaios e artigos publicados nos *Cadernos Avançando* (nº1 *A Herança e a Esperança*, 1994; e nº 2 *A Luta Contra a Dívida Externa e a Necessidade de um Programa de Ruptura com o Imperialismo*, 2002) e na *Voz Operária*. Entre os materiais publicados em nosso jornal diretamente relacionados com a temática do presente documento destacamos: *Organizar a Resistência às Contra-Reformas do Capital e Construir a Unidade dos Trabalhadores na Luta por Transformações Sociais* (VO 10, março 2006) em que articulamos a exposição das tarefas estratégicas e táticas do Fórum de Unidade dos Comunistas com o esclarecimento do sentido do apoio da CCLCP à candidatura presidencial de Heloísa Helena do PSOL; *Por Uma Frente de Esquerda Permanente como Instrumento Político para a Formação do Bloco das Forças Populares* (VO 16 06/2010); *A Necessidade do Bloco de Forças Populares e a Frente de Esquerda* (VO 18, 2011); e *As Jornadas de Junho: Avançar na Formação do Bloco Popular* (Parte I VO 20 09/ 2013; Parte II VO 21 09/ 2014). Muito importantes são os documentos: *Eixos de Programa do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes* (aprovado em nosso 12º Encontro Nacional, 04/2013); *Carta Aberta a Plínio de Arruda Sampaio - Proposta de Eixos para um Programa Nacional de Governo* (CCLCP e RC, VO 17,09/2010); *Manifesto de Lançamento do Fórum de Unidade dos Comunistas* (CCLCP, PCB, RC, 2006); *Manifesto de Formação do Movimento Pró-Frente e Programa: Unidade Popular Por um Novo Brasil* (Brigadas Populares, CCLCP, Morena, RC, 2011).

poder do capitalismo monopolista dependente, enquanto autocracia burguesa reciclada. As elites burguesas sempre tiveram a hegemonia da “frente política” (informal) de oposição ao regime ditatorial. Por isto os líderes da oposição conservadora foram capazes de negociar (com o “dispositivo” militar ditatorial e “próceres” do PDS/PFL) e impor (às massas proletárias e populares, que travavam os combates principais) limites estreitos à ampliação da ordem, bloqueando o surgimento de uma democracia de participação ampliada. A “conciliação” foi gestada no interior da “transição prolongada” como resposta conservadora à vigorosa ascensão das lutas populares antiditatoriais.

No período 1975-1989, o movimento proletário e popular alcançou um nível de consciência mais elevado e uma *nova capacidade organizativa de âmbito nacional*, construída através das intensas lutas travadas sob e contra a autocracia burguesa. Diante deste novo tipo de presença das massas populares na vida nacional, o movimento burguês desenvolveu táticas que, embora não se esgotem nisso, podem ser esquematizadas em quatro aspectos centrais: 1) restringir o processo de democratização a mecanismos eleitorais e parlamentares controlados por seu domínio de classe; 2) apassivar as reivindicações populares mediante um trato manipulatório redutor ao “melhorismo mínimo” e “gerenciamento de conflitos”, cujo alcance e legitimidade são estreitados de modo a interditar/esterilizar o caráter igualitário e universalizante das lutas e aspirações econômico-sociais, políticas e culturais das massas; 3) assegurar as condições para colocar o Estado a serviço de um novo salto de concentração e centralização de capital; 4) aprofundar a associação, dependente e subordinada, da grande burguesia brasileira ao capital financeiro internacional, mantendo o país como plataforma de expansão do capital monopolista.

I. POLÍTICA ECONÔMICA E DOMINAÇÃO DO GRANDE CAPITAL

A ditadura militar a serviço do capital monopolista/imperialista transformou o Brasil no “paraíso das multinacionais”. O megalomaniaco projeto de “Brasil Grande Potência” da ditadura, além de destruir o pouco que havia de socialmente progressista no “varguismo”, só *aprofundou a dependência estrutural ao imperialismo*: desnacionalizou a economia e edificou a infraestrutura do “desenvolvimentismo” *monopolista associado* através de um colossal e irresponsável endividamento público. O período 1980-1994 foi marcado pela crise geral da ditadura e instabilidade da chamada “transição” ou “Nova República”, em meio ao: colapso na rolagem da dívida externa, crise fiscal, acelerada espiral inflacionária e rastejante desempenho da produção e da economia em geral (as duas “décadas perdidas” que marcaram o pior desempenho econômico de toda a história do Brasil republicano).



A crise estrutural do domínio do capital (Cf. MÉSZÁROS 1995) provocou uma resposta extremada da superpotência imperialista norte-americana; mundialmente hegemônica, mas transformada na maior devedora mundial. A brutal elevação unilateral da taxa de juros (que levou os países devedores à bancarrota) foi apenas parte de uma *estratégia de reafirmação da supremacia dos EUA (e do dólar) no controle do sistema financeiro internacional, articulando o déficit fiscal estadunidense com as estruturas da acumulação capitalista mundial*. Nesta situação internacional, marcada pela mais agressiva ofensiva imperialista desde a Segunda Guerra Mundial, as bases do capitalismo monopolista *dependente* brasileiro (consolidadas durante o período ditatorial) são recicladas e extremadas. Ocorre novo ciclo de centralização financeira (fusões, aquisições), desregulamentação e desnacionalização.

Collor, desde a campanha de 1989, escondia sob a “ira falsificada antimarajá” sua submissão exultante ao *Consenso de Washington* (OLIVEIRA 1992,). Este “**consenso**” entre o imperialismo e os interesses financeiros dos monopólios capitalistas nativos entrelaçados com latifundiários trazia intrinsecamente um reforço inédito **coerção** sobre as nações oprimidas e os trabalhadores do continente (Cf. BATISTA NOGUEIRA 1 1. 1994). Na presidência, o *sinhozinho-playboy* meteu-se em aventuras insustentáveis e seu governo, manietado pelo PFL de Toninho Malvadeza e Bornhausen, não teve condições políticas de efetivar aspectos centrais da tática neoconservadora.

Mais exato do que dizer que o Plano Real foi concebido para eleger FHC é compreender que o *candidato* FHC e o *Plano Real* é que foram criados para viabilizar a submissão do Brasil às imposições imediatas do imperialismo consubstanciadas no *Consenso de Washington*. Após o hiato de Itamar Franco, o Governo FHC realizou a maior transferência de renda e patrimônio público para o capital privado da história das Américas, nos marcos da mais lesiva renegociação da dívida externa de nossa história (Cf. BARBOSA 1994; FIORI 1995 e 1997, FILGUERAS 2000). FHC e seus acadêmicos tucanos (hoje banqueiros) “se desfez do melhor que havia na estrutura do Estado” e, num processo eivado de roubalheiras, “retirou do Estado brasileiro a capacidade de fazer política econômica” (OLIVEIRA 2010: 373). Privatizou praticamente todo conjunto de empresas públicas importantes: indústrias químicas e de fertilizantes, siderúrgicas, bancos, ferrovias e rodovias, portos, mineração, aviação, telefonia, Eletrobrás e vários outros setores produtivos e de serviços.

As privatizações foram precedidas por investimentos estatais maciços em capital fixo, capacitação tecnológica e “saneamento” financeiro: o tesouro “engoliu” dívidas e “ativos deficitários” das empresas privatizadas, assim como os custos das demissões em massa. O preço de venda das empresas foi subavaliado (definido por consultorias estrangeiras); grande parte dos pagamentos foi feita em moeda podre, ou financiada pelo BNDES com prestações em longo prazo e juros negativos. As campanhas mentirosas de

que as estatais seriam incapazes de desenvolver tecnologia própria visavam ocultar a queima a “preço de banana” de empresas brasileiras que exportam produtos com tecnologia de ponta e alto valor agregado: a *Embraer* (Empresa Brasileira de Aeronáutica) terceira maior produtora de jatos comerciais do mundo, a *Telebrás* com seu Centro Produtor de Satélites, etc. FHC tentou ainda esquartejar e privatizar a *Petrobrás*: campeã mundial na tecnologia para perfurar poços no fundo do mar, nossa maior e mais estratégica empresa (que se tornaria *Petrobrax*). Recuou diante da forte oposição popular, mas leiloou muitas áreas para exploração de petróleo e vendeu tudo o que pode das “ações excedentes” (ao controle acionário estatal), esvaziando ao máximo seu caráter público. “O governo torrou as estatais e aumentou suas dívidas”: “arrecadou 85,2 bilhões de reais” e teve um “rombo” de caixa de “87,6 bilhões de reais” (BIONDI 1999: 40-41).

O *arrocho salarial e a retirada de direitos dos trabalhadores* se constituem, também, em elementos estruturais do “plano de estabilização”. Além do confisco embutido na conversão dos salários para o Plano Real, o arrocho prolongou-se ao longo dos oito anos de FHC: os funcionários públicos não receberam nenhum reajuste salarial e no setor privado os trabalhadores tiveram reajustes sempre abaixo da inflação. FHC promoveu a primeira *contrarreforma da previdência*: retirou direitos dos assalariados em geral, diminuiu os salários dos aposentados, implantou o “fator previdenciário” (que aumenta o tempo de aposentadoria, pois mesmo quem já trabalhou 35 anos deve continuar até os 65 anos de idade, ou sofrer redutor). O estabelecimento do *teto para aposentadoria* abriu espaço para a os Bancos e Fundos de Pensão fazerem a “farra” com as “aposentadorias complementares”

Além do megaprograma de privatizações, o *Consenso de Washington* articulou uma arapuca (aliás, insustentável em médio prazo) com o objetivo de *subordinar toda a economia ao pagamento da dívida e ao fortalecimento de relações que concedem ao capital financeiro um poder decisório autocrático, com peso decisivo na determinação do sentido do processo reprodutivo como um todo*. O *câmbio hipervalorizado* (relação base 1 Real = 1 Dólar), junto com a redução radical das tarifas de importação, ajudou a melhorar a balança comercial estadunidense e levou a déficits gigantescos no Brasil. A indústria brasileira (especialmente a ligada a exportação) foi impactada, gerando falências e desemprego. Os *juros estratosféricos* não eram em si uma necessidade para combater a inflação, mas uma *consequência da dependência de capital especulativo para rolar a dívida* (que evidentemente aumenta exponencialmente, criando um círculo vicioso). O Brasil tornou-se campeão mundial das taxas de juros básicos: 68,95%a.a. (Selic) em 1994, média de 40% até 1999 (nos países metropolitanos não passavam de 4%a.a.). Como a taxa Selic renumera os títulos da dívida pública interna (em parte, trocada pela externa), a herança do finado Plano Real nestes 20 anos foi o acúmulo de uma



dívida impagável de R\$ 2,4 trilhões (US\$ 1,2 trilhão). O *Plano Real* morreu de colapso múltiplo com a crise cambial de 1999; mas as políticas acordadas pelo governo FHC nos termos do Consenso de Washington *permanecem até hoje*: superávit primário e “responsabilidade fiscal” (o pagamento da dívida como prioridade absoluta), taxas de juros que estão até hoje entre as mais altas do mundo, “autonomia operacional” do Banco Central (BC), etc.

O impacto do Consenso de Washington sobre setores estratégicos da economia nacional foi devastador: a privatização generalizada foi acompanhada pela desnacionalização dos altos comandos da economia e a desregulamentação maciça de mercados de capitais. A enxurrada da entrada de capital financeiro internacional **reforçou e aprofundou as estruturas do capitalismo dependente**. O *Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no setor produtivo destinou-se, quase inteiramente a aquisição de empresas já aqui instaladas*. Só no período 1995-2000, mais de cinco mil empresas brasileiras passaram para o controle do capital estrangeiro (SOUZA 2008). O extremismo pró-imperialista de FHC incluiu o apoio ao **desmonte final da nação** com a construção da ALCA: “aliança do tubarão com as sardinhas”. Com a ALCA, todo território econômico dos países latino-americanos seria privatizado (e anexado pelos EUA). Incluindo, é claro, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa, as reservas minerais e de gás combustível, todas as reservas de água (Aquífero Guarani, etc.), todos os setores de serviço que interessarem ao imperialismo. Seria instaurado o pleno domínio imperialista da agricultura (com nefastas consequências para a segurança alimentar), o radical aprofundamento do neocolonialismo cultural, etc. (Cf. Cadernos Avançando nº 2, abril 2001 e ver BOX 1).

Nas eleições presidenciais de 2002 venceu o voto pelas transformações sociais. O resultado de 2002 exprimiu a **vontade popular de mudança** em relação à política neoconservadora, privatista e pró-imperialista de FHC. Sob este aspecto, a vitória da candidatura do ex-líder das greves metalúrgicas de 1978-80 teve um inegável significado simbólico: demonstrou um imenso potencial de avanço e de fortalecimento da autoconfiança do movimento proletário e popular na luta por transformações sociais que atendam os anseios de justiça social dos oprimidos. É claro que Lula não recebeu um mandato revolucionário dos eleitores. Sem dúvidas, no entanto, seu mandato era intensamente orientado no sentido de reformas radicais: 1) alargamento da democracia econômica, social, cultural e política (ainda que inicialmente “dentro da ordem”); 2) ampliação da participação das grandes massas proletárias e populares nos processos decisórios; 3) uma nova relação da economia nacional com o capital estrangeiro e com o grande capital interno (em geral associado ao capital financeiro internacional) de acordo com novas prioridades sociais: redistribuição de renda, elevação do nível de vida e atendimento das necessidades mais sentidas do povo trabalhador. Por aí a “ocupação do poder” não se desligaria do avanço do movimento proletário e



popular, orgânico e consequente (ver Box I). No entanto, **o Governo Lula descumpriu seu mandato de reverter a desastrosa política de FHC: rompeu com os melhores aspectos da história, programa e discurso do PT e frustrou as expectativas de suas bases populares.**

Os dois Governos Lula e o Governo Dilma, com inflexões em aspectos tópicos, seguiram no fundamental a mesma linha. Não foram governos de reformas sociais, muito menos algo que se possa chamar de “governo democrático e popular”. Sempre *aquém do reformismo*: não atuaram no sentido de fazer avançar nada que possa ser identificado com a prometida “revolução democrática” (mesmo dentro da ordem), congelando o enfrentamento da questão agrária e nacional. No essencial foram **governos conservadores e de continuísmo**: condicionaram sua ação aos limites do que é admitido pela hegemonia do capital financeiro no bloco de poder; prosseguiram na longa reciclagem da ordem autocrática burguesa e na política de “pseudo-transição”, que mantém o Estado autocrático burguês por novos meios.

A candidatura Lula apresentou um Programa rebaixado nas eleições de 2002. As vésperas do pleito divulgou a *Carta ao Povo Brasileiro* (22/06/2002, disponível no site da Fundação Perseu Abramo, <http://www.fpabramo.org.br/>); ironicamente conhecida como “carta aos banqueiros”, pois responde ao FMI e promete garantir os interesses do capital monopolista internacional e nativo. Nesta “Carta” Lula se compromete a “respeitar os contratos” e dar continuidade às bases da política macroeconômica de FHC. Os governos do PT não revogaram as agressões tucanas contra os direitos dos trabalhadores. Ao contrário, Lula começou seu governo renovando o acordo com o FMI e atendendo todas as suas imposições. Realizou, de cara, uma *nova contrarreforma da previdência* (entregando-a para o capital financeiro). Liberou a produção e comercialização de transgênicos. Colocou acima de tudo a obtenção do superávit fiscal necessário para rolar a dívida; retirando verbas dos programas de saúde, educação, saneamento e promoção do bem-estar. Para assegurar maioria legislativa de apoio a esta política antipopular, os operadores governistas lançou mão, inclusive, de um esquema de distribuição ilegal de verbas para sua base parlamentar semelhante ao inventado pelo PSDB mineiro (os pais do “mensalão”) e outros “métodos” refinados pela “privataria tucana”.

O *continuísmo* se combina com neutralização da resistência popular e regressão despolitizante. A desregulamentação amplia a “liberdade” do capital. A maior parte das grandes estatais lucrativa foi vendida entre 1995-2002, mas as privatizações se aprofundaram, direta e indiretamente. No varejo prosseguiram as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as “terceirizações” de serviços públicos como instrumento de dismantelamento gradual e acelerado de setores nos quais a resistência popular é mais forte (como saúde e educação). A mais grave ofensiva em curso, iniciada já no Governo Dilma, é a tentativa de impor a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);



que visa privatizar o complexo nacional de Hospitais Universitários, rebaixando os direitos trabalhistas dos profissionais. Os Fundos de Pensão (administrados por pelegos que se tronaram a voz do capital dentro do proletariado) ganharam grande peso no sistema financeiro brasileiro, especulando com títulos da dívida pública e detendo participação no controle acionário de empresas monopolistas. **O fortalecimento dos Fundos de Pensão é uma arma do capital financeiro para destruir a Previdência Social Pública.** As primeiras medidas de Previdência Social foram instauradas pela *Comuna de Paris*; e depois impostas pela luta dos trabalhadores de todo mundo ao Estado, como uma vitória da “economia política do trabalho” sobre a “economia política do capital”. Com a privatização da previdência o capital expropria parte do “trabalho necessário” (para reproduzir as necessidades vitais dos trabalhadores), transformando as aposentadorias em “capital fictício”, reconvertidas pelo sistema financeiro em intensificação da exploração. Além do objetivo econômico, o capital quebra com a substituição da Previdência social pelos Fundos de Pensão a solidariedade presente nos sistemas previdenciários públicos, capazes de aglutinar todas as frações da classe trabalhadora sob um mesmo sistema de proteção (GRANEMANN 2006). Aprofunda-se a tendência repressiva, também herdada de FHC, de “judicialização” das lutas populares. Estes são apenas alguns dos elementos de uma política generalizada de **apassivamento e desmobilização das massas proletárias e populares, que esvazia a política de sentido emancipatório e bloqueia meios de luta e de formação de consciência de classe.**

Isto não quer dizer que os Governos do PT foram iguais (do ponto de vista dos interesses populares) aos Governos do PSDB. O melhor que se pode dizer dos Governos Petistas é que eles *foram “menos ruins”!* Apesar de todo o oportunismo que se tornou dominante no PT, veremos que há diferenças táticas importantes (na política interna e externa) entre o pró-imperialismo extremista dos tucanos (alinhados, quase automaticamente, aos EUA) e o centrismo dos “Governos petistas”. Estes *não são anti-imperialistas* (e até servem, ao menos indiretamente, às intenções estadunidenses de neutralizar Chávez e Cuba); mas contrariam, em aspectos importantes, as mais nefastas investidas dos EUA. Por agora mencionemos uma **questão decisiva**. O projeto anexionista estadunidense da ALCA foi arquivado, devido à luta dos povos latino-americanos, articulada numa campanha internacional liderada por Hugo Chávez; no Brasil devido à resistência dos movimentos populares tendo a frente o MST; ao que se somou a oposição da maioria da oficialidade militar e até, de modo tímido, da FIESP. Em 2002 foi realizado um Plesbicito em que mais de 10 milhões de pessoas participaram, das quais 96% votaram contra a ALCA. Lula recusou-se a participar e mandou o PT nele não se envolver. Até o início de 2005 o “campo majoritário” petista propunha uma “ALCA light”. É claro que um governo que entregasse o Brasil à ALCA, seria um governo de traição



nacional. A ALCA significaria muito mais que o aprofundamento da dependência ao imperialismo. A efetivação deste tratado significaria uma radical regressão neocolonial para os povos da América Latina e do Caribe e levaria a balcanização do Brasil. Neste aspecto decisivo, porém, *houve um deslocamento positivo na diplomacia brasileira*, orientando-a para dar mais peso às *relações sul-sul*. Esta mudança se explica pela situação internacional favorável com a eleição de presidentes anti-imperialistas (ou progressistas) em vários países vizinhos, e a combinação de certa estagnação norte-americana com o espetacular crescimento do comércio com a China. No âmbito interno, além da permanente campanha popular contra a ALCA, pesou a pressão crescente de certas frações burguesas com investimentos vultosos em capital fixo no país, defensiva da indústria local contra o esmagamento estadunidense (Cf. Revista da Indústria 101, FIESP, 1e. 2004); forças cujo apoio Lula precisava preservar na crise do mensalão. Destaque-se também a incansável luta do então Secretário-Geral das Relações Exteriores (2004-2009, depois Ministro do SAE) Pinheiro Guimarães. Na *Cúpula das Américas de Mar del Plata* (novembro 2005) Lula alinhou-se com Chávez, Morales, Correia, Néstor Kirchner e outros presidentes latino-americanos barrando a ALCA; contrariando Baby Bush e seus asseclas, Vicente Fox (ex-presidente da Coca-Cola e então presidente do México) e o fascista Uribe (então narco-presidente da Colômbia).

A política externa continental do Brasil, no entanto, continuou limitada à regulação do capitalismo regional (Mercosul). O Brasil não aceitou se integrar na gestação de projetos de cooperação solidária de caráter anti-imperialista, compatíveis com objetivos socialistas (Alba). Pelo contrário, visando criar um clima favorável aos negócios na região, a política dos Governos Petistas busca obstruir as tendências anti-imperialistas e reformas sociais promovidas pelos Governos Nacionalistas Radicais. Internamente o **imperialismo continuou sendo a fração hegemônica no bloco de poder que se organiza no Estado brasileiro supostamente “soberano”**. Ao longo de 12 anos de mandato os **“Governos petistas” priorizaram os interesses do capital financeiro internacionalizado**. Foram mantidas: a prioridade absoluta da obtenção do superávit primário para rolagem da dívida, os juros altíssimos e a “abertura” comercial e financeira. O que comprime a capacidade de investimento do Estado e inibe a indústria interna.

Desde 1989, passados 25 anos, a perversa política do Consenso de Washington permanece vigente. No entanto, após 2005 os Governos petistas realizam um “ajuste” (tímido, mas efetivo) naquela política do visando o **fortalecimento relativo do capital monopolista (logo financeiro) internalizado** diante de seus competidores. *Sem deixar de privilegiar o capital financeiro internacional*, os Governos Lula/Dilma: reduziram num compasso lento e hesitante as taxas básicas de juros (que permaneceram elevadíssimas), estabeleceram subsídios para a indústria e medidas de proteção à produção



interna; depreciaram o cambio para revitalizar a produção para exportação. O capitalismo brasileiro cresceu sob os Governos petistas em média o dobro do período Collor-Itamar-FHC. No entanto, o propalado “neodesenvolvimentismo” petista: aceita passivamente a **especialização regressiva no setor primário, imposta pelo imperialismo**; não desenvolve políticas para reverter a **desnacionalização** da economia e a **contração do setor industrial** associada à **atrofia de sua capacidade tecnológica** (que se intensificaram), nem enfrenta o **aumento da vulnerabilidade externa** ligada à **dominação do capital financeiro internacional**.

O “efeito gotejamento” (*trickle down effects*) do *boom* do ciclo *extrativo agro-mineral* para o conjunto da economia é brutalmente desigual. O grande capital abocanhou a parte do leão; ainda que um pequeno quinhão (migalhas se compararmos aos ganhos monopolistas) sobraram para os de baixo. Mais de 42% dos recursos orçamentários (47%, R\$ 1,35 trilhão, previstos para 2015) são destinados para o pagamento da dívida pública, enquanto a saúde recebe 4% e a educação 3,4%. A cobertura do Programa Bolsa Família (que atende *13 milhões de famílias* com renda até R\$ 140 por pessoa, com valor médio do benefício de R\$ 97) custa ao Estado R\$ 1,3 bilhões: mil vezes menos do que embolsam as *10 mil famílias* que recebem a parte do leão dos pagamentos anuais da dívida. Além da sangria dos recursos destinados à rolagem da dívida, a canalização dos limitados recursos que sobram para infraestruturas destinadas a apoiar basicamente os setores agro-minerais exportadores resultaram no esgotamento de fundos para serviços públicos (educação, saúde, segurança, transporte urbano) – os quais estão deprimidos e deteriorados, tornando-se criticamente deficientes para atender a dezenas de milhões de trabalhadores urbanos. Nas últimas décadas, o apoio do Estado aos monopólios do “*agronegócio*” foi nove vezes maior do que o destinado aos agricultores familiares (cerca de 90% da força de trabalho rural) que proporcionam a maior parte dos alimentos para consumo local. O juro do financiamento da compra de casa própria é quase o triplo das Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) que o BNDES disponibiliza para financiar as empresas monopolistas que os governos petistas resolveram converter com dinheiro público em “campeões nacionais”.

Proclama-se que a desigualdade no Brasil tem diminuído. Isto é uma mistificação. A explosão do mercado de ações por si só já deveria ser uma advertência suficiente a qualquer ingenuidade desse tipo. Ainda que a pobreza absoluta tenha diminuído, *a desigualdade aumentou*. O próprio IPEA reconhece que a diminuição da desigualdade é restrita aos rendimentos do trabalho (medidas diretamente na fonte), que melhoraram marginalmente devido aos aumentos de salário mínimo (e do INSS) e não à Bolsa Família; enquanto as rendas do capital (flagrantemente subestimadas) explodiram exponencialmente.



A acelerada *concentração e centralização de capital renovam as próprias bases estruturais da escandalosa desigualdade social brasileira*. Como não estão institucionalizadas como direitos universais, as pequenas melhorias podem ser facilmente revertidas pela ofensiva conservadora em curso. São raros os aspectos efetivamente reformistas (num sentido progressista e não como retórica para encobrir contrarreformas reais) efetivados nos governos Lula-Dilma. Entre estes está a diminuição do desemprego e os (tímidos, mas reais) aumentos no valor do salário mínimo. No entanto, a legislação atual, que prevê o reajuste dos salários mínimos pelo índice de inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB, tem validade só até 2015. Esta legislação é um dos alvos da agenda conservadora dos monopólios e rentistas, representado nas três principais candidaturas. Argumentando que é necessário eliminar qualquer risco ao “superávit primário”, o grande capital exige, além da eliminação desta legislação salarial (devido ao seu impacto sobre o INSS), uma nova contrarreforma da Previdência, aumento da idade para aposentadoria e novas retiradas de direitos e garantias sociais.

A dominação imperialista inibe e deforma permanentemente a industrialização dos países dependentes, reproduzindo todas as estruturas que provocam uma crise social permanente. É claro que houve no último meio século um progresso relativo da industrialização brasileira; induzido pelo endividamento externo e pelo aprofundamento da associação entre Estado, grande capital nativo e capital estrangeiro. Houve, inclusive, certo desenvolvimento da indústria de base (petroquímica, siderúrgica, telecomunicações) e o surgimento de um capital financeiro brasileiro. No entanto, estes elementos não são suficientes para o surgimento de uma estrutura imperialista brasileira ou qualquer tipo de “subimperialismo” (para a crítica teórica deste conceito Cf. SALAMA 1974). É inegável o **caráter dependente do capitalismo monopolista brasileiro, cada vez mais associado de modo subalterno ao capital financeiro internacional e, portanto, dominado pelas potências imperialistas, na fase e forma de dominação externa que Florestan caracteriza como “imperialismo total”** (Cf. FERNANDES 1973: 18-20).

Sob FHC a legislação brasileira já havia eliminado distinções jurídicas entre empresas nacionais e estrangeiras (facilitando o apoio de instituições públicas como o BNDES às transnacionais); mas isto não elimina a relações reais que decorrem do controle acionário imperialista. O *Investimento Direto Estrangeiro* (IDE) saltou de cerca de US\$ 16 bilhões em 2002 (último ano de FHC), para cerca de US\$ 49 bilhões em 2010 (último ano do governo Lula). Já a carteira de investimentos especulativos subiu de US\$ 5 bilhões negativos em 2002 para US\$ 67 bilhões em 2010, retornando juros de 15% (quatro vezes mais do que as taxas da Europa e EUA). Aprofundou-se a **desnacionalização da economia brasileira** sob o critério decisivo da **origem do controle acionário das grandes empresas**: a participação do capital estrangeiro no



controle da economia brasileira passou de 23,5% do PIB em 1995 para 45,9% em 2005 (Cf. Censos de Capital Estrangeiro no Brasil, BC 1995 e 2005, In: <http://bcb.gov.br/?CENSOCE>).

As três maiores empresas do país – *Petrobrás*, *Vale do Rio Doce* e *BR Distribuição* (16,1% das vendas entre as 500 maiores) – são consideradas como controladas pelo capital “nativo”. Não obstante, após a Lei do Petróleo de 1997, os dois gigantes “estatais” sofrem forte participação acionária (e consequente influência) do capital financeiro internacional. Já a *Vale Corporation* (CVRD/INCO) é controlada na prática pelo *Bradespar* e a *Mitsui* (conta como “empresa brasileira” porque é obscuro o país de origem do capital pertencente à *Bradespar* e o capital estrangeiro controla “oficialmente” só 41% das ações totais). No processo de privatização a *Vale* foi vendida, fraudulenta e criminosamente, pelo governo FHC por ínfima fração (R\$ 3,1 bilhões) do seu valor, já na época calculado em mais de R\$ 1,5 trilhão. Só em 2010 o lucro líquido da *Vale* foi de R\$ 30 bilhões, quase 10 vezes o preço pago na privatização; a receita da empresa em 2013 somou R\$ 104,25 bilhões. Enquanto trabalhadores pagam até 27,5% de Imposto e Renda, a *Vale* paga 0,12% do seu faturamento (BIONDI 1999; Id. 2000:16). Esta transnacional paga no Brasil uma das mais baixas taxas de imposto e de *royalties* do mundo; apesar de ser a segunda maior companhia mineira do mundo, maior produtor de minério de ferro e segundo maior de níquel.

Aprofundando tendência que vinha desde 1980, com a crise da dívida sob o governo ditatorial do General Figueiredo, nas últimas décadas a *estrutura produtiva brasileira* sofreu severa **desindustrialização** e **reversão da substituição de importações**. Houve uma **involução** com a transferência da acumulação da indústria para transações financeiras (com rápido crescimento do setor bancário) e uma **regressão** aos ciclos anteriores de dependência de produtos primários (mineração e agronegócio de exportação). Outras características estruturantes (ou desestruturantes) da economia brasileira neste período são: **maior dependência tecnológica**, crescente **vulnerabilidade externa** e **dominação financeira** (reforçada pelo crescimento do déficit estrutural das contas externas e aumento do passivo externo na forma de ações, títulos de renda, derivativos, etc.). A manutenção da “abertura comercial” e das altíssimas taxas de juros, de Collor/FHC a Lula/Dilma, mina a indústria interna. O conjunto destes aspectos *bloqueia uma política de desenvolvimento soberana voltada para a elevação do nível de vida do povo*. Esta é substituída pela **subordinação ao ditado do capital financeiro**: prioridade absoluta da obtenção de superávit primário e do apoio à centralização do capital. Depois se estabeleceu uma política de estímulo a expansão de crédito, empresarial e individual, em uma economia que tem uma das mais altas taxas de juros do mundo (uma bomba relógio embutida na bolha de endividamento). No *padrão de comércio exterior* houve uma **reprimarização**



das exportações do Brasil. O peso dos setores agropecuário e de mineração (que agregam pouco valor as suas exportações) cresceu de 25% em 2002 para 39% em 2010, enquanto a participação dos produtos manufaturados caiu no mesmo período de 56% para 45% (GONÇALVES 2014, cap. 4). O “ciclo” *extrativo* agro-mineral sofreu um baque após a crise de 2008 e entrou em declínio desde 2012 (com a diminuição da demanda da China, cuja forte expansão amorteceu inicialmente o impacto da crise). O Brasil volta a se enredar nos dilemas dos padrões de crescimento já conhecidos nos ciclos anteriores de dependência dos preços de produtos primários.

II. TRANSFORMISMO E RECOMPOSIÇÃO DO BLOCO DE PODER IMPERIALISTA-MONOPOLISTA

Atualmente o “sistema partidário” ideal dos estrategistas orgânicos do capital financeiro internacional é aquele no qual a alternância de legendas no governo (com suas nuances e tradições diferenciadas) legitima e consolida um “ponto-fixo”. Este é o “sonho dourado” dos estrategistas da chamada “democracia forte” (dos monopólios). Esta estratégia está oficialmente plasmada nos documentos preparados a partir das reuniões de Cúpula da Trilateral (EUA, RF da Alemanha, Japão) no início dos anos 1970. Trata-se da *estratégia de bloco da ofensiva contrarrevolucionária imperialista* diante da crise estrutural do capital, das conquistas do proletariado, do desafio das revoluções orientadas para o socialismo e dos movimentos anti-imperialistas. Os mais autorizados estrategistas imperialistas afirmavam então: “É necessário que a onda democrática decaia para que a governabilidade do Sistema Democrático seja reestabelecida. (...) A democracia não é senão um meio de assegurar a autoridade (...) implica certo grau de desengajamento e apatia” por parte dos “grupos sociais” que demandam ampliação de direitos; daí a necessidade de impor “limites à democracia política”: nada de “excessos democráticos”! (HUNTINGTON 1 1. 1975: 113-115).

Trata-se de uma posição profascista, mas as coisas se apresentam de modo camuflado. Diante dos “temíveis desejos” dos movimentos que transformam “a política democrática em campo de batalhas por interesses coletivos” no lugar da “busca de objetivos comuns” (sic). Afirmam literalmente: “é necessário eliminar a esquerda (ou, ao menos, a isolar)”, pois esta estaria identificada com uma “democracia socialista” (para eles, “inevitavelmente totalitária”). Para alcançar tal “objetivo comum” (manter e reforçar a ordem dos monopólios) esta estratégia busca um **extremismo de centro** capaz de operar a **dominação do “partido único” do bloco de poder**: republicanos e democratas nos EUA, *Tories* e “*New Labor*” na Grã-Bretanha, coalizões na Alemanha, “centro-direita” e “centro-esquerda” na Escandinávia, PP e PSOE na



Espanha, conservadores (neogaullistas, etc.) e social democratas (OS e aliados) na França, e por aí afora. Esta lógica neoconservadora está presente tanto na articulação do “centrão” (Constituinte), quanto nos vários esforços para unir PT e PSDB. José Genoíno foi fundo nas articulações para levar o PT a apoiar o parlamentarismo no Plesbicito de 1993, o que se desdobraria numa aliança PT-PSDB com as candidaturas de Lula a presidente e FHC a primeiro-ministro em 1994 (Cf. GENOÍNO 2006). Na época, Genoíno e Lula foram derrotados dentro do PT. Em 2004, já com Lula presidente, o então Ministro da Casa Civil José Dirceu tentou articular uma “aliança estratégica PT-PSDB” – a começar pelas eleições municipais daquele ano – uma vez que não havia diferenças maiores no âmbito da grande política. Não deu certo, mas a intenção era eloquente. O entusiasmo do governo estadunidense com a “onda Marina”, que quer “unir Lula e FHC”, está dentro da lógica de retomada da subordinação mais plena do governo brasileiro aos interesses do imperialismo hegemônico.

Os aspectos essenciais das grandes disputas políticas não podem ser explicados adequadamente em termos de “circulação das elites” (Pareto), abstraindo as *contradições de classe e lutas de classes (inclusive conflitos entre frações de classe)*, no âmbito nacional e internacional. Ao abstrair as contradições da totalidade social e os reais antagonismos de classe (descartados como “extrapolíticos”), as teorias conservadoras da moda (“*rational choice theory*”, etc.) isolam “asépticamente” as supostas “escolhas racionais das elites” de tudo aquilo que é dramaticamente relevante para as classes trabalhadoras. As chamadas “elites” (*intelectuais orgânicos*) são sempre “*parte da classe*”, desempenham *funções especializadas criadas pelas classes* que se organizam como “classe integral” nas superestruturas, formando complexos de mediações próprios; mesmo os *intelectuais tradicionais* (que se julgam autônomos) são assimilados-integrados nos blocos organizados pelas classes fundamentais com capacidade hegemônica (GRAMSCI 1975, vol. III Q12: 1513-1523; trad. Vol. 2: 15-25).

Deve-se levar em conta que *desde o início dos anos 1990 (e até antes) o “Campo Majoritário” do PT realizou uma profunda reformulação (ideológica, organizativa e programática) do projeto político partidário*. Em setembro de 1988, Luiz Carlos Prestes já declara com implacável realismo: “No Brasil de hoje não existe nenhum partido de esquerda, já que os dois partidos comunistas apoiam abertamente o Governo reacionário do Sr. Sarney”; destaca que só haviam dois partidos de oposição ao governo federal (PT e PDT), mas “o líder do PT [Lula], que se apresenta como candidato a presidência da República, já mudou de posição e hoje defende a mesma orientação do PCB, quer dizer, luta pela conquista de um governo capitalista democrático (...)” (apud: PRESTES 2012:319). Como todos sabem, Prestes já vinha criticando (há muito tempo) a “estratégia etapista”, defendida pelo então CC do PCB “que tem a ilusão de que um governo burguês” vai desenvolver um



“capitalismo independente e democrático”; quando “o imperialismo não é só inimigo externo”, pois “está incrustado no sistema sócio-econômico brasileiro” (PRESTES 1982: 214). O único capitalismo possível no Brasil é o capitalismo monopolista dependente do imperialismo, que sempre necessitará de um poder autocrático para se estabilizar e se reproduzir.

No caso do “*Campo Majoritário*” do PT nem de “etapismo” se trata: o suposto “projeto antineoliberal” é algo invertebrado, empantanado na *pequena política*, onde não existe qualquer objetivo efetivamente socialista. A verdade é que o PT nunca teve uma identidade socialista firme – em termos teóricos, ideológicos e programáticos – mas tinha, por outro lado, vínculos com o movimento proletário e popular organizado e fazia oposição às políticas da direita radical. Sua programática envolvia reformas democráticas progressistas; mas padecia de grande confusão e indefinição estratégica. A concepção mais difundida guardava certas semelhanças com os alvos do “*Welfare State*” da socialdemocracia europeia do imediato pós Segunda Guerra. A *diferença (crucial)* é que o PT não atua num país imperialista, mas pelo contrário, num país capitalista dependente. É claro que a socialdemocracia, adulterada para servir ao imperialismo e integrar-se ao Estado monopolista-militarista, não perderia na periferia seu caráter de capitulação dos trabalhadores ao despotismo do capital. Além disso, o momento histórico é radicalmente distinto. Com a crise estrutural do capital a “reforma capitalista do capitalismo” de tipo socialdemocrata deixou de ser viável até nas metrópoles; já na periferia ela não tem nenhuma viabilidade: não contará com o afluxo de mais-valia proveniente dos países dependentes que permitiu, no período anterior, o surgimento do chamado “*complexo social-industrial*”. Tais visões de “*Welfare State Periférico*” não estavam clara e criticamente demarcadas com o conjunto de mitos que Miriam Limoeiro Cardoso conceituou como “ideologia do desenvolvimento” (CARDOSO 1977).

O problema é que a indefinição ideológica, teórica e programática se resolveu de modo regressivo. O “*Campo Majoritário*” do PT realizou um deslocamento no sentido de integrar organicamente o seu partido no bloco das classes dominantes, um processo de dissolução e recomposição de vínculos orgânicos que pode ser caracterizado como uma variante do que Gramsci chama de “*transformismo*”. A agregação (individual ou coletiva) ao bloco dominante de lideranças e organizações políticas ligadas às “classes subalternas” é o produto de uma manobra de cooptação para “decapitar” a direção destas classes (que continuam excluídas), enquanto a organização da classe dominante se modifica e se amplia (Ver Box 2). As mudanças no “bloco ideológico” e a modernização conservadora do antigo regime servem aos desígnios das classes dominantes; trata-se do *gattopardismo* sintetizado na célebre fórmula de Lampedusa: “*Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude*” (LAMPEDUSA 1958: 42).



Na **atual ofensiva em escala mundial do capital financeiro internacional (nos marcos da crise estrutural do capital)** há um **nítido predomínio da contrarrevolução preventiva, das contrarreformas e da regressão social**; e não mais da “revolução dentro da ordem” (ainda que passiva) e da modernização reformista (mesmo conservadora). O fenômeno do “**transformismo**”, no entanto, se reapresenta com vigor excepcional: seja pela conversão de militantes que foram revolucionários ao conservadorismo; seja como o que Gramsci chama de “transformismo de grupo”, isto é, como “**integração regressiva**” à ordem burguesa de organizações que se dizem representantes dos trabalhadores. Já o proletariado (classe hegemônica autosuperadora) pode ser temporariamente privado de uma liderança com consciência de classe, mas não pode ser “integrado” ao sistema do capital (incapaz de impedir a agudização de suas contradições e antagonismos estruturais). Por isto a reorganização do movimento socialista, em oposição às lideranças oportunistas, é um desafio inevitável.

O PT nunca teve uma estratégia revolucionária, mas deixou de ser um partido popular-reformista e tornou-se um típico “partido da ordem” burguesa. Nunca houve hegemonia marxista no PT; mas na medida em que ele se torna uma “**esquerda confiável para o capital**”, os ideólogos do seu núcleo dirigente abandonam suas – vagas e superficialmente assimiladas – referências na cultura marxista. As substitui por concepções burguesas mais ou menos convencionais, entre elas o “**pós-modernismo**” que se recusa a conhecer e transformar o mundo (Cf. COELHO 2005).

É falsa a contraposição entre a burguesia industrial e o capital bancário: ambas estão entrelaçadas como capital financeiro no capitalismo monopolista contemporâneo. São também fortíssimos e essenciais os vínculos entre a grande burguesia brasileira e o imperialismo: a burguesia nativa busca apenas melhorar (econômica e politicamente) sua situação de sócia minoritária do imperialismo. Isto não significa negar a existência de fortes conflitos entre frações do grande capital, que apenas não devem ser exagerados. *A direção do PT buscou, consciente e sistematicamente, se aproximar dos interesses da grande burguesia interna; e os representantes orgânicos desta fração burguesa buscaram cooptar e assimilar organicamente a liderança da frente de oposições ao extremismo “cosmopolita” tucano.* Repetimos: a grande burguesia nativa é integrante do bloco de poder imperialista-monopolista-latifundiário e não contesta a hegemonia do capital financeiro internacional (ao qual está associada, se não nas suas empresas ao menos nos seus negócios); mas *tem interesses próprios e busca uma melhor posição no interior deste bloco.* Sub-representada no interior do sistema partidário (que inclui a grande imprensa), esta *fração do capital monopolista* se fez representar pelo PT; pois para se fortalecer no interior do bloco dominante precisava ganhar um peso central no governo federal. Para tanto era indispensável fazer concessões (ainda que



secundárias) às forças sociais que formam a base tradicional do PT e ao mesmo tempo neutralizar sua autonomia (cooptando a cúpula de organizações como a CUT e a UNE), e/ou conquistar a fidelidade eleitoral passiva de setores populares desorganizados (o que foi feito através de “programas” tipo bolsa família e outras “políticas compensatórias”). *A relação de representação política entre os governos petistas e a grande burguesia interna é algo reconhecido de parte a parte*; e pode ser demonstrada mediante detalhada análise: dos interesses diferenciados e opostos no interior do conjunto desta fração de classe, das instituições de representação da burguesia e da imprensa patronal, do processo de tomada de decisões no Governo, etc. (Cf. BOITO 2012).

Nestas eleições de 2014 podemos apontar três grandes coalizões “partidárias” (num país onde nunca houve propriamente *governos de partido*, mas sim *partidos do governo*) que representam o continuísmo conservador (ainda que comportem algumas diferenciações importantes nos seus projetos). Temos: 1) o *conservadorismo com fracos elementos de reformismo* nucleado pelo PT que apoia Dilma; e as *duas oposições de direita radical*, 2) a nucleada pelo PSDB (Aécio) e 3) a do PSB (ornitorrinco “neotucano e pós-petista” que abriga a candidatura Marina). **Cada candidatura representa arranjos diferenciados de frações de classe burguesas que se articulam no mesmo bloco de poder.** As candidaturas Aécio e Marina possuem vínculos diretos com megaespeculadores como Soros, bancos estrangeiros de investimento (*Merrill Lynch*) e varejo (*Santander*), oligarcas da burguesia interna mais integrada ao imperialismo norte-americano com uma identidade direitista mais dura e ideológica (como a maior parte dos grupos ligados ao *Instituto Millenium*, dirigido por Armênio Fraga). São candidaturas preferidas pela superpotência estadunidense e representam um pró-imperialismo extremista, prometendo inclusive entregar *plenamente* o comando do Banco Central (hoje ao menos subordinado ao Ministério da Fazenda) a tecnocratas não eleitos a mando direto do capital financeiro internacional. A candidatura Dilma (como os três “governos petistas”), sem ser anti-imperialista, está mais vinculada aos **interesses do capital financeiro internalizado**: frações da grande burguesia interna (em geral associadas ao imperialismo, mas que reivindicam a proteção estatal para melhorar sua posição), o capital monopolista interessado na prioridade das compras estatais à produção local (construção civil, indústria naval, etc.) ou numa política externa sul-sul (no lugar da ALCA), mas também monopólios estrangeiros com investimentos internos.

Nem os setores do proletariado ligados à CUT ou outras centrais sindicais governistas, nem os camponeses do MST que dão apoio crítico ao governo, ou a massa semiproletária de trabalhadores marginalizados e as famílias pobres (que recebem a bolsa família) participa do bloco de poder. Funcionam apenas como o que alguns teóricos conceituam como “classe-apoio” que neste caso integram a “frente informal” lulista. Do mesmo modo, a

alta classe média reacionária que forma a base de massa de apoio mais entusiástico aos tucanos ou a base sindical arregimentada por Paulinho da Força e outros pelegos pró-Aécio, tampouco fazem ou poderão fazer parte do bloco de poder, constituindo-se em força auxiliar. A manutenção da estabilidade do atual bloco de poder, que exclui a soberania popular, passa por uma sofisticada **blindagem conservadora** da infraestrutura institucional e das funções decisivas do Estado. Neste “padrão de hegemonia” autocrático, a “hegemonia” se limita à incorporação de quadros transformistas nas superestruturas. O novo “bloco ideológico” é funcional para neutralizar as “classes subalternizadas”, decapitando-as através da cooptação de suas antigas lideranças, transformadas em “agentes da burguesia” e difusores do conformismo. Recicla-se assim o velho padrão fechado de *dominação* autocrática burguesa, que não se apoia sobre uma base social ampla (cujos interesses democráticos o capitalismo dependente sempre foi e sempre será incapaz de atender), mas sobre uma *coerção* mais ou menos hábil.

III. A NECESSIDADE DE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POPULAR

Se ficamos na superfície, nas afinidades e diferenças das políticas e das condutas dos últimos governos, não chegaremos à mergulhar no significado da atual encruzilhada histórica e das disputas estruturais entre interesses sociais antagônicos. Os militantes esclarecidos e consequentes do movimento socialista e os eleitores com posições políticas avançadas – a partir da constatação de fatos bastante conhecidos – só precisam de bom senso para votar numa legenda de *oposição à esquerda* no primeiro turno. Infelizmente, nestas eleições de 2014, restará depois a “opção” de avaliar a conveniência de votar na candidatura conservadora “menos ruim” no segundo turno. Isto poderá ser avaliado, no momento adequado, levando em conta *considerações táticas defensivas*.

Outra coisa é a retomada do velho (e equivocado) argumento de que o movimento proletário e popular deveria se aliar à burguesia interna para favorecer uma posição mais favorável à produção contra o capital financeiro. Ora, já deixamos claro a íntima associação da grande burguesia interna com o capital financeiro internacional. Por isto mesmo, a política dita “neodesenvolvimentista” de dar certo apoio à produção, *delimitada como está pelas imposições do capital financeiro*, é uma política centrada na exportação de bens primários. Até porque os bens industriais produzidos com tecnologia obsoleta permanecem incapazes de competir seriamente no mercado mundial com os bens industrializados produzidos nas metrópoles imperialistas. Esta situação foi agravada pela regressão recente: os únicos complexos de



atividades econômicas, tecnológicas e financeiras de origem nacional presente nos grandes mercados mundiais – Telebrás, Embraer, a Petrobras que perdeu a Petroquisa – foram privatizadas e/ou esquartejadas. Assim se reproduz as estruturas tradicionais da economia dependente, que condena os trabalhadores a permanecer nas péssimas condições de vida vigentes. Já apontamos a intensificação nas últimas décadas da penetração do capital imperialista na indústria brasileira e sua crescente fusão com a burguesia nativa. Isto significa que uma proporção cada vez maior da propriedade do capital cai nas mãos das transnacionais imperialistas. O diferencial de salário (baseada no arrocho salarial local) permanece o principal fator de superlucro para o capital imperialista. Permanece, também, o principal “trunfo” competitivo dos produtos brasileiros no exterior. Por isto mesmo *os trabalhadores não tem nada a ganhar em uma aliança com a burguesia interna exportadora*. Além disto, os setores industriais de trabalho-intensivo vêm perdendo importância, em comparação com os setores de capital-intensivo automatizados que as empresas imperialistas não têm interesse em transferir para os países dependentes. Como o próprio capital financeiro internacional adquiriu controle parcial ou completo sobre os setores de trabalho intensivo modernos do Brasil, os superlucros obtidos no mercado mundial devido ao diferencial salarial acabam sendo embolsados pelo imperialismo. *Os Governos Petistas se aproximaram da política conservadora de Collor e FHC de jogar os trabalhadores mais pobres e desorganizados contra o proletariado “com carteira assinada e com direitos” (estigmatizados como “classe média privilegiada”)*. Por aí se abre todo um campo de trabalho, que deve ser ocupado sem conciliação ou sectarismo, em torno da formulação de uma *plataforma unitária* de soluções satisfatórias para os problemas de sobrevivência, de autentica cidadania e de uma vida civilizada. *A formulação de uma agenda e de uma plataforma própria do movimento proletário e popular deve articular: a luta pela expansão de direitos sociais universais e a radical autonomia das lutas do proletariado urbano (industrial, ou de comércio e serviços) com a mobilização em torno das necessidades vitais e reivindicações mais sentidas das massas de trabalhadores marginalizados.*

Uma questão essencial permanece oculta nos debates correntes: os terríveis perigos embutidos na reprodução do bloco autocrático burguês. A defesa conservadora da ordem implica e exige, a partir dos interesses da grande burguesia interna e externa, uma modalidade de acumulação capitalista impiedosa, que aprofunda as desigualdades e reforça os privilégios. Contrapor o chamado “neoliberalismo” ao dito “neodesenvolvimentismo” (defendendo este), **esconde as contradições reais** e acaba por comprometer a capacidade de luta autônoma do movimento proletário e popular. Leva os trabalhadores e oprimidos a se comprometer (e se subordinar) com projetos de reciclagem do bloco de poder



monopolista/imperialista. Aliás, uma vez que os Governos Lula/Dilma são costumeiramente identificados como representantes típicos do “neodesenvolvimentismo”, então este não se afasta muito dos projetos e formas ideio-políticas anteriores. A subordinação ao capital financeiro e as políticas privatizantes não excluem programas, focalizados e compensatórios, voltadas para o alívio da pobreza extrema. Aliás, esta é a recomendação do FMI e do Banco Mundial. Por trás de discursos ditos “neoliberais”, “antineoliberais” ou “neodesenvolvimentistas” se encontra um formidável *fortalecimento do neoconservadorismo e a germinação de um novo estilo de tirania burguesa específico de um vasto país capitalista dependente*. A questão necessita, portanto, ser examinada mais profundamente.

Para a inversão deste cenário histórico **é indispensável avançar na construção de um bloco de forças proletárias e populares**. Uma perspectiva consequente voltada para a transformação social *precisa ir “além do voto”*; integrando a participação nos processos eleitorais e outras formas de luta no interior de uma estratégia integral. Mesmo em termos emergenciais, só o avanço organizativo e articulação programática da luta organizada do povo trabalhador será **capaz conquistar os requisitos mínimos de avanço para transformar a orientação social do conjunto das políticas estatais**. Para garantir a continuidade a dos avanços, este processo necessitará se desdobrar na **formação de um novo bloco histórico**.

O padrão eurocêntrico de avaliação, baseada numa concepção de progresso unilinear e abstrato, alimenta perspectivas irrealistas que nunca se concretizaram. Florestan Fernandes lembra que nas Américas “só dois países” romperam com estas ilusões: “os Estados Unidos, pela rota capitalista, e Cuba, pela via socialista”; em ambos os casos “o que tornou possível tais evoluções foi *ruptura com a dominação externa*” (FERNANDES 1986: 35, grifo do Autor). Se o desmoronamento que ocorreu na URSS e Europa Oriental houvesse se estendido a Cuba, o impacto político desta regressão sobre o movimento proletário e popular latino-americano orientado para o socialismo seria devastador. A resistência contra o cerco, bloqueio e perseguição estadunidense e a permanência de Cuba como país comprometido com objetivos socialistas é um patrimônio importante para a esquerda do mundo inteiro. A “*universalidade da revolução cubana*”, segundo um sólido teórico marxista, “reside na sua grande afinidade com as aspirações de todos aqueles que pretendem se libertar das restrições paralisantes da ordem social do capital” (MÉSZÁROS 2004: 15). A história avança: na América Latina é visível a crise dos regimes empenhados em reciclar a velha ordem subordinada ao imperialismo.

Nas últimas duas décadas o movimento proletário e popular brasileiro não acompanhou o ritmo vigoroso dos vizinhos latino-americanos. Grandes mobilizações e levantes de massa, sucedidas por vitórias eleitorais,



derrubaram ao menos 16 presidentes obedientes às ordens do Consenso de Washington. Em parte da região andina – Venezuela, Equador e Bolívia – as insurreições e mobilizações populares do final da década de 90 e início deste século não se limitaram a derrubar governos pró-imperialistas. Foi deflagrado um processo, ainda em curso, de reformas sociais democratizantes, transformações da estrutura institucional e revitalização do protagonismo popular. Hostilizados e caluniados pelo imperialismo e pela direita, estes processos de democratização radical já se objetivam em medidas que se orientam no sentido de instaurar a soberania nacional e efetivar programas populares consistentes (como a reforma agrária e urbana, o fortalecimento da educação e saúde pública, etc.). Na Argentina, o “que se vayan todos!” de 2001-2002 não chegou a constituir uma alternativa de poder popular; mas forçou avanços como a renegociação soberana da dívida externa e a democratização do controle dos meios de comunicação; estabelecendo limites que nenhum governo pode ultrapassar sob pena de ser derrubado por nova insurreição popular. Em nosso continente se desenvolvem movimentos de transformação, em que se praticam experiências inovadoras e se aprendem lições fundamentais, que apontam para a integração e emancipação da América Latina e Caribe. Ao mesmo tempo, há uma rearticulação continental da direita radical fomentada por uma nova ofensiva do imperialismo estadunidense.

O novo etapismo “neodesenvolvimentista” induz a um comportamento conservador, que busca transitar em uma via comum com o capital e colocar todas as intenções anti-imperialistas e socialistas em um dissimulado segundo plano. Na América Latina, hoje, lutar contra o imperialismo significa lutar contra o capitalismo. Os monopólios capitalistas, em praticamente todos os países de nosso continente, há muito tempo estão entrelaçados e associados ao capital externo. Ao empreender qualquer medida de caráter anti-imperialista, se estará tomando medidas também de caráter anticapitalista e, portanto, orientadas para o socialismo. Depois de ser, mais uma vez, enterrada pelos conservadores a palavra *socialismo* reaparece na América Latina. É indispensável que se formule claramente uma estratégia socialista; não de modo abstrato, redutível a uma tradução direta em “modelos” de organização social, ou diluída num difuso anticapitalismo. ***A estratégia socialista deve ser articulada numa programática contra-hegemônica, que permita imprimir uma direção e uma referencia de integração recíproca aos variadíssimos e nem sempre óbvios esforços específicos e parciais das forças revolucionárias.***

É necessária a **conquista do poder** pelas forças revolucionárias para que se possa iniciar realmente a transição para o socialismo. É necessário conquistar um *novo tipo de democracia* (proletária e popular): uma democracia apoiada nas massas que eleve o nível de vida do povo trabalhador e abra



caminho para o socialismo. É claro que é impossível realizar uma reestruturação radical da sociedade de um só golpe, por mais abrangente e fundamental que seja. Só é possível partir de maneira realista de ferramentas institucionais e condições existentes, que devem ser reestruturadas no processo revolucionário, por meio de múltiplas transições e mediações. Por exemplo, com o desmonte do patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, o Estado brasileiro privou-se de uma formidável ferramenta estratégica. A recomposição deste setor público é indispensável ainda que não suficiente, para viabilizar a combinação da elevação do nível de vida do povo com um tipo de desenvolvimento econômico democraticamente controlado, sustentável e orientado para a promoção da justiça social. *É insuficiente porque a o setor público precisa ser reorientado em conexão com toda uma reestruturação institucional, necessária para atender finalidades de um novo bloco histórico proletário e popular.*

O problema consiste em como desenvolver, na prática e de modo consequente, a estratégia socialista no Brasil. Uma fonte histórica muito importante para a compreensão da gênese das formulações estratégicas de Prestes acerca deste problema crucial é o *Documento Reservado ao Comitê Central do PCB* de 1968 (há cópia no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, 23 pp. Pasta 009). Ali Prestes, partindo do estudo das concepções teórico-metodológicas de Lênin, aprofunda sua crítica ao etapismo mecanicista que leva ao reformismo e ao abandono das soluções revolucionárias, razão de suas divergências de princípio com a maioria do CC. No VI Congresso do PCB de 1967 foi aprovado (por insistência de Prestes) que o partido deveria orientar “sua ação no sentido da conquista de um poder revolucionário” e “no momento oportuno” avaliar a atitude diante de um “governo das forças antiditatoriais”. No *Documento* de 1968, Prestes argumenta que a formação de um governo antiditatorial não revolucionário é apenas uma hipótese: “não é de forma alguma uma **etapa obrigatória**” (grifo de LCP). Os comunistas deviam lutar por um governo “*efetivamente democrático*” no qual predomine “as forças fundamentais da revolução”; e “na hipótese da queda da ditadura” ocorrer numa “situação ainda não revolucionária (...) não sendo possível a constituição de um governo revolucionário”, devem lutar por “um governo *intermediário de aproximação*”.

A nosso ver, as ideias defendidas por Luiz Carlos Prestes quanto às **formas de aproximação de um poder revolucionário, capaz de abrir caminho para as transformações de caráter socialista**, não perderam a validade para a realidade política de hoje enfrentada pelas forças de esquerda no Brasil, empenhadas em fazer o processo revolucionário avançar em nosso país. A inspiração desta posição vem claramente **das concepções dialéticas de Lênin sobre a revolução ininterrupta**; em especial de suas reflexões sobre os “**momentos de transição**”, e sobre a política de frente única (esp. Nos III e IV Congressos da Internacional Comunista, 1921 e 1922). Nesta época, Lênin sublinha a



necessidade de “*pesquisar, estudar, descobrir, discernir, captar o que existe de particularmente nacional, de especificamente nacional nas abordagens concretas*” da estratégia socialista de cada país (avançado ou atrasado); e fala da importância crucial de dar concretude à estratégia socialista, conclamando a “concentrar toda atenção (...) na pesquisa das formas de **transição** ou momentos de **aproximação** à revolução proletária” (LENIN *O “Esquerdismo”* [1920], LOC55 v. 41: 80, grifos do Autor). Posteriormente Prestes examina, em uma entrevista, alguns cenários possíveis de composição do novo governo após a derrota da ditadura: 1) um governo revolucionário “no qual os comunistas podem participar”; 2) um governo no qual não se participaria, mas “que merece nosso apoio”, ou 3) um governo reacionário ou conservador “que teremos que combater desde o início”. De qualquer forma os comunistas continuariam a lutar “pela nossa meta revolucionária que é a conquista do socialismo, de uma democracia diferente da burguesa” (PRESTES 1983: 21).

Grandes contingentes populares saíram às ruas a partir de junho de 2013, tocando diversos aspectos da situação vivida por esses setores: *defesa de transportes públicos, saúde pública, educação pública, contra remoções de moradores e por soluções para o problema de moradia popular, segurança pública para o povo e não repressão contra o povo, soberania alimentar, contra os gastos exorbitantes com a preparação da Copa do Mundo, etc.* A insatisfação popular explodiu em gigantescos protestos espontâneos e carentes de lideranças: após décadas de desmobilização e aplicação de políticas neoconservadoras e privatizantes – herdadas não só dos Governos Collor e FHC, mas da própria ditadura – e dez anos de Governos Petistas sem que estas políticas fossem revertidas. Protestos não só de jovens, mas de amplos segmentos sociais, indignados com: o desleixo dos governos e partidos, a corrupção generalizada, o descompromisso dos políticos frente aos seus eleitores e, por fim, a violência policial desencadeada contra os manifestantes. As massas de milhões que foram as ruas do Brasil são muito mais amplas do que os círculos tradicionalmente arregimentados pelos pequenos núcleos organizados que inicialmente convocaram as manifestações. Entre os dias 17 e 29 houve protestos em quase 600 cidades; no dia 20 cerca de três milhões de manifestantes saíram às ruas simultaneamente (Portais de Notícia *EBC, UOL e G1*, complementado por pesquisa em dezenas de periódicos nacionais e regionais).

A eclosão das *jornadas de junho de 2013* é expressão de profundas contradições sociais que apontam na direção da crescente mobilização e protagonismo popular. Estão se tornando um fardo social inaceitável: a continuidade das políticas de superexploração das classes trabalhadoras, a incúria com os serviços públicos e direitos universais. A questão dos transportes públicos é parte do problema maior da ausência de *políticas públicas urbanas* que atendam às necessidades populares e garantam o *direito à cidade*. As jornadas não centraram na reivindicação tradicional de salários



monetários, abrindo-se para novos problemas: salário social, padrões de vida, orçamentos nacionais. A explosão desorganizada do protesto social é também, expressão de como as entidades populares não estão preparadas para a nova conjuntura gerada a partir da irrupção do “sujeito povo” na cena histórica. É necessário superar: 1) a fragilidade organizativa; 2) a falta de amadurecimento da consciência política; 3) o culto ao “espontaneísmo” como forma estanque de intervenção política; 4) a carência de estratégia, projetos e programas determinados. Destes grandes feitos de massa não resulta, ainda, nem de longe o saldo organizativo do surgimento de um grande Partido ou Frente de Esquerda, ou pelo menos uma grande coligação entre as organizações identificadas com objetivos revolucionários, capaz de potencializar seus esforços. A brecha estreitou-se e o espaço político foi, ao menos momentaneamente, reocupado por máquinas eleitorais conservadoras.

Apesar de focadas em temas diferenciados, o que permite a superficial impressão de que não existe conexão entre eles, todos estes problemas estão relacionados com a reprodução de uma ordem social caracterizada por Florestan Fernandes como “autocrática burguesa” (FERNANDES 1975, Terceira Parte, *passim*). Algumas reivindicações podem ser conquistadas e impostas de baixo para cima à burguesia, que só cede por temor da pressão popular. No entanto, enquanto persistir a ordem social e a estrutura de poder vigente – o capitalismo monopolista dependente-associado brasileiro que se estruturou como dominação do bloco imperialista-monopolista-latifundiário – as condições de vida do povo trabalhador tendem a se deteriorar.

A capitulação diante das classes dominantes sempre se impõe a todos os que aspiram chegar ao governo central através de operações desligadas do protagonismo do proletariado e das massas populares. Estes sujeitos populares, organizados e mobilizados em torno de um programa concreto de profundas transformações sociais, são decisivos para a formação de um bloco de forças contra-hegemônico. Para avançar nesta direção é necessário *articular na esfera pública os interesses imediatos das massas com a construção de um horizonte de ação estratégica no enfrentamento do bloco de poder dominante*. Neste sentido, é essencial a identificação das forças essenciais adversárias que **constituem o bloco de poder dominante, ou seja, o imperialismo, os monopólios e o latifúndio**.

Diante dos protestos, a presidente Dilma falou ao povo em cadeia nacional de televisão. Ao governo não faltaria, certamente, apoio para medidas urgentes e benéficas que atendessem as reivindicações dos protestos. Algumas propostas apresentadas por Dilma são avançadas e foram postas em prática; como o “Programa Mais Médicos”, que por sua ação preventiva já fez diminuir a mortalidade infantil. No entanto, a presidente propôs um *pacto social* que tem como estofa garantir ao bloco dominante de que será mantida a política econômica conservadora: superávit fiscal, rolagem e ampliação da

dívida pública, continuidade do programa de privatizações. Aí cabe perguntar: *Quem paga o pacto?*

Para avançar no caminho das profundas transformações sociais e políticas necessárias para a conquista de um futuro de justiça social e democracia para o nosso povo, segundo Anita Prestes, é indispensável trilhar a via da **“conquista de um *poder popular revolucionário*, capaz de iniciar mudanças que apontem rumo ao socialismo (...) se trata justamente de elaborar uma proposta que contemple *formas de transição* a tal poder num processo de construção do *bloco histórico*, ou *sujeito-povo*, *contra-hegemônico*, habilitado a conduzir as transformações revolucionárias que se fazem hoje necessárias”**. Considerando:

“o nível de espontaneidade e desorganização em que se encontram os setores populares na atualidade, seria viável propor de imediato a conquista de um *poder popular*? Seria viável, no momento, realizar uma *reforma política* que contemplasse as demandas populares? Seria possível, num futuro próximo, a eleição de uma *Constituinte*, comprometida com os interesses dos trabalhadores? Como alcançar tais objetivos sem avançar na construção do *bloco histórico* das forças sociais e políticas organizadas e conscientes do seu papel transformador e, por isso, possuidoras de um projeto que as unifique em torno de metas viáveis para o Brasil de hoje?” (PRESTES 2013: 7-8, grifos nossos).

Para Anita a resposta a estas questões passa pela compreensão de que estamos diante de:

um *processo de longa duração de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores e dos setores populares de uma maneira geral*. A partir das reivindicações específicas de cada um desses setores, quem se considera de esquerda deverá agir para que, através de tal ação paciente e constante, cheguemos à formação do *bloco histórico contra-hegemônico*, unificado por um projeto de transformações revolucionárias elaborado no calor das lutas populares por suas reivindicações e plasmado com a contribuição teórica dos intelectuais marxistas comprometidos com a *revolução socialista no Brasil*. Um projeto que deverá incluir a formação de *partidos revolucionários* aptos a conduzir as lutas pela conquista de um poder popular, com a conseqüente convocação de uma Constituinte efetivamente representativa dos setores populares. (Ibid.).

Como contribuição a este debate, o PCLCP por decisão autônoma elaborou uma proposta programática (enriquecida por aportes de organizações revolucionárias e camaradas aliados) de eixos **mínimos** essenciais para esta



reorientação; proposta introduzida por um arcabouço teórico explicativo da concepção revolucionária que o fundamenta (VO 17 2010, Especial 16 pp.; e Proposta de Eixos para um Programa Mínimo Revolucionário, PCLCP 2013, ver l. Nota 2). Sem entrar aqui no conteúdo deste debate, apontemos o desafio histórico e a complexa problemática inseparavelmente entrelaçada com esta reflexão programática: **como criar os requisitos sociais e políticos de um poder capaz de efetivar um programa que atenda os interesses históricos e imediatos do movimento proletário e popular no Brasil?**

Nossa estratégia passa pela articulação: da luta contra-hegemônica que enfrenta o bloco imperialista/monopolista/latifundiário com a luta pelo socialismo. Estamos empenhados, junto com organizações revolucionárias e militantes aliados, em organizar o **Movimento Pró-Frente**:

As agremiações participantes – com ou sem registro legal – manterão suas autonomias e identidades ideológicas, políticas e orgânicas. A tarefa central e prioritária da Frente é constituir-se como uma ferramenta política para a formação do bloco histórico proletário e popular. A Frente estará a serviço da elevação do nível de organização, consciência e mobilização do povo para a transformação da sociedade brasileira. (BP, CCLCP, Morena, RC – Manifesto de Fundação do Movimento Pró-Frente, primavera de 2011).

Buscamos, junto com nossos aliados, ligar a **elaboração programática de um conjunto de reformas democrático-populares** com a elaboração de **propostas específicas que orientam o enfrentamento das tarefas concretas postas pela conjuntura presente**. É bastante próxima a concepção que enforma estruturas e eixos de nosso Programa Mínimo (41 pp.), que pode ser assim esquematizado: 1) fortalecer os órgãos de luta popular, eliminar a herança da ditadura militar e o regime autocrático burguês, fim da criminalização dos movimentos populares e reivindicativos de massas, combater as contrarreformas, democratizar os meios de comunicação; 2) transformar as instituições em benefício das classes populares e conquistar o mais amplo democratismo para as massas; 3) auditoria a dívida pública (com suspensão de seu pagamento), drásticos impostos progressivos, estatizar as empresas estratégicas e planejar o desenvolvimento integral em benefício da elevação do nível de vida do povo; juros baixos, controle direto do câmbio pelo Banco Central, controle sobre instituições financeiras e movimento de capitais com o exterior; 4) defender e ampliar os direitos sociais e trabalhistas, aumentar progressivamente os salários, reduzir a jornada de trabalho, combater a precarização e garantir a universalização do trabalho formal, estatizar os fundos de pensão; 5) políticas abrangentes de erradicação da fome, da miséria e do desemprego; 6) reforma urbana que institua o direito à



cidade e moradia para todos; 7) reforma agrária antilatifundiária; 8) defesa do meio ambiente a partir de uma política de desenvolvimento que garanta as condições ecológicas da vida social, legando-as melhoradas às gerações seguintes; 9) garantir o acesso universal à saúde pública gratuita e de excelente qualidade, retomando e aprofundando o projeto original do SUS; 11) erradicar o analfabetismo (absoluto e funcional), desmercantilizar e universalizar a educação integral pública e gratuita, reformando-a em todos os níveis, articular esta luta com o movimento por uma Universidade Popular; 12) garantir a segurança pública, concentrando esforços na prevenção e no combate ao crime organizado e de “colarinho branco”; 13) construir o protagonismo popular na cultura; 14) criar ferramentas de *controle* proletário e popular da produção e das instituições-chave; 15) defender a necessidade inadiável de colocar o país no caminho já seguido pela ALBA de exercício da soberania nacional e de uma cooperação internacional anti-imperialista.

São indispensáveis e urgentes certas *reivindicações transitórias, enquanto não for politicamente possível avançar para a estatização do sistema financeiro e das grandes empresas estratégicas, para a realização de uma reforma agrária radical e todo um conjunto de medidas orientadas para eliminar a dominação (sobre a cidade e o campo) do capital monopolista*. É fundamental lutar pela realização de uma *auditoria da dívida pública* e estatização ao menos das principais empresas estratégicas. Absolutamente urgente é a reforma da estrutura tributária de regressiva para progressiva: aumentar a tributação sobre entradas e saídas de capital no país inclusive remessas de lucros e juros, instituição de impostos sobre grandes fortunas e grandes propriedades, eliminação de subsídios para grandes empresas, aumento de tributos sobre riqueza e propriedade dos ricos e redução de impostos sobre consumo popular e salários, com aumento da faixa de isenção para os rendimentos do trabalho. Só assim será possível a necessária ampliação radical dos investimentos em saúde, educação, previdência, transporte e demais serviços públicos essenciais; avançar numa política de conjunto de reforma urbana, garantindo o direito à cidade; manter e dar sustentabilidade estratégica à política de aumentos reais dos salários mínimos, incluindo (de modo vinculando e isonômico) os reajustes dos aposentados, etc. Deve-se efetivar imediatamente anulação de todos os aspectos das sucessivas contrarreformas da previdência, estatizando os recursos dos fundos de pensão e constituindo um *Sistema Previdenciário Público Único Universal* por participação (aliás, já imediatamente viável, pois é o *superávit atual da arrecadação previdenciária* que renumera títulos dos fundos de pensão e outros títulos de propriedade do capital bancário-financeiro). Realizar mudanças imediatas no Incra para que o órgão realize tudo o que hoje é legalmente possível no âmbito da desapropriação de latifúndios, contenção de concentração de terras, assentamento das mais de 120 mil famílias que estão vivendo em acampamentos.



Nada disto será realizado pelos “neodesenvolvimentismo” petista, prisioneiro de um *pacto de classe contrarreformista*; no qual os dirigentes usam a imagem do passado de luta e os vínculos originários de seu partido com os movimentos populares para estabilizar o poder dos monopólios. Isto foi claramente assumido, numa palestra do economista-mor do “bloco majoritário” do PT, Paul Singer: “*A aliança com o sistema financeiro e o latifúndio deu ao PT tranquilidade para governar*” (Cf. le.cartamaior.com.br/templates/legêa). Singer justifica a “política pragmática” de aliança com o latifúndio com o argumento de que as exportações da agricultura latifundiária capitalista “possui o papel estratégico de garantir os dólares necessários para equilibrar o balanço de pagamentos”, ainda que ele próprio reconheça que ela “sacrifica milhões de brasileiros que permanecem sem acesso à terra”; já o capital financeiro é completamente contemplado mesmo nos seus interesses que contrariam a Constituição Federal, porque “Lula deu autonomia operacional ao Banco Central, mas de maneira informal; foi uma gambiarra, somos mestres nisso” (*Ibidem*). O autorizado ideólogo petista: critica o governo Chávez da Venezuela “porque lá ele fomenta a luta”; desqualifica a Revolução Cubana e o “socialismo científico proposto por Marx e Engels por sua natureza essencialmente antidemocrática” (*Ibid.*). Na argumentação de Singer fica claro que o “socialismo democrático” (sic) com que se identifica implica em aceitar os *diktats* do grande capital, evitando “fomentar a luta”. É óbvio (ou deveria ser) que assim é impossível mudar estruturalmente a sociedade e, portanto, o seu “socialismo” nada mais é do que uma defesa conservadora não só do capitalismo em geral, mas do atual poder autocrático dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio vigente no Brasil. Como dissemos no Manifesto do Movimento Pró-Frente:

Os partidos e as oligarquias que governam o País e os Estados tentam reduzir tudo à pequena política, ou seja, às questões que reproduzem a ordem estabelecida, às múltiplas intrigas e conchavos entre as várias frações da classe dominante. A ‘grande política’ do bloco conservador é manter a hegemonia da pequena política. Os impactos desse cerco foram: a exclusão das classes trabalhadoras do debate nacional, a sua condenação a mero objeto da manipulação conservadora e, conseqüentemente, as seguidas regressões dos direitos sociais conquistados a duras penas.

Sempre ressaltamos que as eleições e a atuação parlamentar, ainda que importantes, não devem ser o principal meio para superar o caráter autocrático da ordem social e do Estado brasileiro e de lutar por democracia para as massas do povo trabalhador; o que concebemos como parte integrante da luta pelo socialismo. **O centro da atividade deve ser a organização e mobilização dos trabalhadores e das massas populares “de baixo para**



cima”, sem excluir entendimentos entre dirigentes, em torno da luta por reivindicações e direitos (econômicos, sociais e políticos) que formem uma plataforma unitária e aglutinadora. A partir destas lutas é possível avançar no esclarecimento das massas em torno de uma programática avançada, elaborada em interação com o avanço da consciência dos trabalhadores sobre a totalidade social e a necessidade de transformações radicais de cunho antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário.

Mesmo nas farsas eleitorais da ditadura, com todos os seus casuísmos e sua brutal repressão, foi possível (e necessário) participar das eleições para fortalecer a luta antiditatorial. Com maior razão, não negamos que o exercício universal do *direito de voto direto inclusive para os cargos executivos (tão duramente conquistado)* possa **se transformar de instrumento de engodo que foi até agora em ferramenta de emancipação**. Para tanto é indispensável integrar o potencial desta conquista no interior de uma **estratégia centrada no protagonismo das lutas de massa, em conexão com um persistente trabalho de elevação do nível de organização e consciência do proletariado e das forças populares**.

Não subestimamos, portanto, a importância dos comunistas participarem das eleições, explorando possibilidades objetivas de conquistar avanços; sem ilusões, mas com clareza da unidade do objetivo, firmeza e energia. O que deve ser sublinhado – até porque isto não é óbvio, implicando unidade entre teoria e prática não só na teoria, mas também na prática – é que esta participação só será *consequente numa perspectiva emancipatória* se for *parte integrante de um trabalho político persistente em prol da formação de um bloco das forças sociais e políticas anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias*. A unificação destas forças revolucionárias num *bloco histórico* que se constitua em poder político será capaz de avançar na efetivação de transformações que, pelo seu próprio caráter, significariam passos decisivos rumo ao socialismo (Cf. PRESTES 1980: 34-35).

É nesta direção estratégica – buscando integrar o sentido de variadíssimos esforços específicos e parciais; e tendo em vista os meios organizativos e a correlação de forças existente – que concebemos objetivos e tarefas políticas imediatas no processo eleitoral que se realizam no momento atual:

- 1) apresentar e difundir entre as massas as propostas programáticas e posicionamentos políticos do PCLCP e do Movimento Pró-Frente, que se integram no esforço de elevar o nível de consciência e organização das forças populares;
- 2) fortalecer o campo proletário e popular, buscando contribuir para a disseminação da ótica do socialismo proletário e o avanço das lutas já existente, na perspectiva de criar os pré-requisitos da formação do bloco histórico da revolução brasileira;



- 3) apoiar (se possível eleger) candidatos comprometidos com nosso programa e com políticas e valores que acumulem forças para a luta do povo trabalhador;
- 4) buscar desagregar a *blindagem conservadora* da ordem e desmascarar o oportunismo (barrando eventuais retrocessos).

Não é suficiente explicar o caráter do bloco de poder dominante; nem as origens, funções e consequências antiproletárias, antipopulares e antinacionais das políticas tecnocráticas pseudodesenvolvimentistas (na verdade “crescentistas”) dos governos de plantão (atualmente petistas) a seu serviço. Não é suficiente mostrar que estas políticas só aumentam a **desigualdade social** e oferecem soluções ilusórias (individualistas e aparentemente reformistas, mas cada vez mais inócuas e contra-reformistas) para os problemas tão sentidos da **insegurança da existência** vivida pelos trabalhadores e pelas massas populares: superexploração e precarização do trabalho, desemprego estrutural periodicamente agravado, deterioração dos serviços públicos e retiradas de direitos populares, etc.. É necessário esboçar a possibilidade e a necessidade de uma **estratégia política e socioeconômica alternativa**, que deve se caracterizar pelo poder do povo para impor a alocação *a priori* dos recursos existentes para atender às necessidades populares que sejam consideradas prioritárias. Isto exigirá não só o fortalecimento do setor público, mas a mediação do desenvolvimento qualitativo de todas as formas de autogestão e democracia direta do proletariado e dos “de baixos”, realizáveis nas atuais condições históricas. Trata-se de lutar por um poder genuinamente comprometido em servir o povo, um poder que efetivamente rompa com os interesses do capital imperialista-monopolista e dos latifúndios. Os revolucionários marxistas devem trabalhar por este objetivo desde hoje, ajudando as forças sociais e políticas que se movem nesta direção a preparar um programa de transformações sociais tão bem fundamentado teoricamente, tão preciso nos seus objetivos e prioridades, tão correto tecnicamente e à altura do desafio histórico quanto humanamente for possível dentro dessa perspectiva. O revolucionário comunista brasileiro tem tarefas nacionais-populares (não no sentido “populista”, mas no sentido teorizado por Lênin e Gramsci) e vive uma situação que foi sintetizada com brilhante simplicidade por alguns dos nossos melhores artistas populares:

tentar de todas as maneiras a aproximação com nossa única fonte de concretude, de substância e até de originalidade. (...) É preciso, de todas as maneiras, tentar fazer voltar o nosso povo ao nosso palco (Chico Buarque e Paulo Pontes – Gota D’Água, Civilização Brasileira, RJ, 1976, p. XVII).



Considerando o momento da luta de classes, o quadro político nacional, a importância das próximas eleições, as disputas em curso e os interesses dos trabalhadores brasileiros, assim como o papel que os setores progressistas, nacionais, democráticos e populares podem e devem jogar nessa realidade, o PCLCP adota os seguintes objetivos táticos no processo eleitoral:

- 1) Participar do processo visando aproveitá-lo para politizar e elevar o nível de organização e consciência das massas e fortalecer o campo das candidaturas vinculadas ao movimento proletário e populares mais consequentes
- 2). Assumir o programa do Movimento Pró-Frente e apresentá-lo para debate junto aos partidos, candidatos e militantes do campo que vamos apoiar;
- 3) Recusar o discurso que tenta reduzir o processo à polarização binária – oposição de direita *versus* situação lulista (pseudoreformista).
- 4) Criticar o reformismo limitado e denunciar o continuísmo neoconservador do governo federal nucleado pelo PT-PMDB que protege e estimula o desenvolvimento capitalista dependente-associado ao imperialismo;
- 5) Isolar derrotar e caracterizar como principal inimigo político atual a oposição de direita nucleada pelo PSDB-DEM, nacionalmente e em cada Estado da Federação;
- 6) Criticar o oportunismo do neo-oposicionismo conservador nucleado pelo PSB-Rede, que busca afirmar-se nas franjas dos dois blocos que pretendem polarizar a vida política nacional;
- 7) Barrar eventuais retrocessos na correlação de forças, no campo político-institucional e nas políticas governamentais que correspondam às necessidades de setores populares.
- 8) Fortalecer a construção do Movimento Pró-Frente como ferramenta política cuja principal tarefa é desenvolver todos os esforços consequentes para a formação do bloco histórico de forças revolucionárias antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias.
- 9) Apoiar parlamentares, em âmbito tanto federal como estadual, que fortaleçam as lutas democráticas, nacionais e proletárias e que estejam comprometidos com a política do Movimento Pró-Frente ou ao menos com valores, bandeiras e referenciais políticos que acumulem força para as lutas do povo no período pós-eleitoral.
- 10) Apontar apoio à candidatura do PSOL para a Presidência da República; defender a aproximação do conjunto das forças e candidaturas, consequentes, que fazem uma oposição de esquerda ao campo conservador (oposição de direita *versus* lulismo).
- 11) Apresentar o Programa do Movimento Pró-Frente e apresentá-lo para debate junto aos partidos, candidatos e militantes.



- 12) Fortalecer o discurso favorável à unidade das forças populares e de esquerda no cenário político nacional. Relação fraterna e debate construtivo no campo de esquerda.
- 13) Repelir posições equivocadas e anticomunistas no plano internacional (especialmente sobre Cuba) e pregações doutrinárias e ecléticas que, deslocadas da atual correlação de forças e em lugar de acumular forças reais no meio do povo com vistas à revolução socialista, limitam-se a fraseologias.

A partir desses objetivos, aplicaremos as seguintes diretrizes eleitorais:

- Rechaçar qualquer possibilidade de apoio a campanhas situadas no campo da direita brasileira, representado pela coligação PSDB-DEM, PSB-REDE.

- Priorizar apoio a candidatos do campo de oposição de esquerda ao Governo Federal.

- Procurar entendimentos, acordos e apoios – pontuais ou mais globais – em torno de candidaturas proporcionais comprometidas com a política e os eixos do Programa do Movimento Pró-Frente, com vistas a legê-las;

- Realizar, onde possível, Programa de Cursos (para fundamentar o discurso dos nossos candidatos e apoiadores; discutir o Programa do MPF, formação em oratória, etc.), eventualmente aberto a aliados.

- Construir campanhas amplas e abertas ao consenso com forças diversas, capazes de envolver militantes, ativistas e massas populares de diversas origens – com ou sem filiação partidária.

- Propor às candidaturas aliadas, em todos os níveis, a adoção de plataformas avançadas, em torno das quais devem se organizar as campanhas, que sintetizem os interesses nacionais e respondam aos problemas estaduais e necessidades sociais particulares.

**Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP),
Direção Nacional, Setembro de 2014.**

BOX 1

NEOCONSERVADORISMO E CAPITAL MONOPOLISTA

FHC reproduziu no Brasil as equivocadas teorias de que a “*globalization*” elimina a existência do imperialismo. Em longa entrevista a Genoíno (PT), Freire (PPS) e Leonelli (PSB) – defensores do apoio da “esquerda” (*sic*) ao seu Governo – FHC expõe, de modo mais “coerente” do que seus entrevistadores, qual deve ser “a esquerda que a direita gosta”. Cardoso reafirma: “considero-



me de esquerda”, mas a velha “esquerda marxista” estaria superada, marcada pelo pecado de “confundir” o interesse da classe operária, “que é apenas um segmento” com o “humanismo universal”; que nunca seria concreto e sim afirmação de valores reguladores “cosmopolitas” a serem defendidos pela “nova esquerda” (*sic*), nesta era de “novo renascimento” (*resic*). Ele prossegue: “o conceito moderno é o de público, não o de estatal”, ainda que o Estado deva “levar em consideração a produção” e tenha “enorme responsabilidade na criação de condições gerais de desenvolvimento”; “*eu nunca fui neoliberal*”, “a ideia de que o mercado vai substituir o Estado é uma ideia de pobres de espírito” (CARDOSO, FH 1996, In: “Esquerda 21”: 36-7, 41-2 e 53).

Esta pretensa “nova esquerda” sente necessidade de recorrer à caricatura, cínica e rebaixada, das ilusões (então progressistas) do séc. XV! É verdade que recauchutadas com abstrações do séc. XVIII (Kant), esvaziadas do seu gume crítico original. A retórica “pseudo-iluminista” de FHC não foi capaz de esconder a realidade de suas políticas direitistas radicais: destruição de conquistas históricas dos trabalhadores, desmantelamento e privatização dos bens públicos e dos serviços, “desregulamentação”, repressão ao movimento sindical e popular, desemprego massivo e todo um arsenal orientado para “distribuir renda e riqueza” em favor dos ricos. Usou as forças armadas e a legislação fascista para esmagar o movimento sindical (atacando “exemplarmente” o Sindicato dos Petroleiros) e perseguiu furiosamente o MST. **O Brasil tornou-se campeão mundial de desigualdade:** último lugar no *ranking* do PNUD de distribuição de renda. Por outro lado, devemos ser justos e reconhecer que FHC nunca se identificou com as “teorias” de Friedrich Hayek (1899-1991), Milton Friedman (1912-2006), *et cetera*.

Quanto ao complexo (e importante) tema do “humanismo universal”, aqui só será possível um comentário breve. Já nos seus escritos de juventude, Marx mostrou o caráter ilusório da universalidade do Estado “moderno”. Na realidade o seu estofamento (conteúdo substancial) é a organização em poder da burguesia, uma classe particularista (e exclusivista) - hegemônica, mas *conservadora* - empenhada em *conservar* as relações estruturais baseadas na exploração do trabalho, com o objetivo anti-histórico de *conservar* “eternamente” sua dominação de classe. Quanto à relação entre homem e humanidade, o humanismo concreto de Marx se desenvolve a partir da concreta concepção histórica do homem como “o conjunto de suas relações sociais”. Na “pré-história da sociedade humana” – nas comunidades primitivas e nas sociedades de classes, passadas e atuais – a humanidade existe em si, aos poucos e de modo mais ou menos deformado “para nós” (na consciência ética, filosófica, artística). No entanto, todo apelo à humanidade que desconsidere as mediações objetivas reais (tribos, nações, classes sociais) e apele diretamente à “humanidade” é algo falso e mistificador, que esconde os verdadeiros conteúdos e formas da realidade histórica do ser social. A universalidade em

uma sociedade de classe é sempre mediada pela particularidade. Marx reivindica o trabalho – produtor das relações de produção e base da reprodução do homem na sociedade e da sociedade como totalidade, “modelo de toda práxis” – como fundamento da concretização da universalidade realizada pela própria história real do ser social. Erguidas sobre uma base sócio-material real, a ciência e as formas de consciência de si do gênero humano (ética, filosofia e arte) são indispensáveis para a constituição do “gênero humano em si e para si”. O proletariado é uma classe hegemônica autosuperadora, porque luta pela superação do capital (e, portanto, pela sua própria “autoabolição” enquanto classe explorada e dominada pelo capital), porque não se libertará plenamente enquanto não for superada a existência alienada das classes e da dominação de classe. Devido às contradições irreconciliáveis do seu próprio ser histórico-social, o proletariado possui um real interesse (racional e prático) no desenvolvimento do “indivíduo social” e no ser humano “universal concreto”. Por isto a *consciência de classe do proletariado, enquanto classe-em-si-para-si*, sem ilusões de estar acima das classes e das lutas de classes, deve se desenvolver como consciência de sua “tarefa histórica” de construir uma alternativa real à sociedades de classes.

Para FHC “na globalização (...) o conceito de desenvolvimento deve ser ampliado” de modo a assegurar a conquista de “utopias parciais” que atendam a “mistura de setores da sociedade”. Justiça seja feita, há “setores sociais” que já foram agraciados com as “utopias parciais” de FHC: US\$ 15 bilhões do PROER (sistema de salvação de bancos falidos) foram rateados entre duas ou três famílias de banqueiros. Os que FHC chamava de “intrigantes da oposição” se enganariam se acreditassem que a realização da “utopia parcial” tucana ficou por aí. Outros US\$ 16 bilhões foram para o “fundo de corrupção de parlamentares”, mediante emendas no orçamento reconhecidas pelo próprio governo como eleitoreiras. Na farra das privatizações não se locupletaram só os grandes grupos capitalistas que abocanharam as empresas. O maior assalto ao patrimônio público da nossa história, conhecido como “privataria tucana”, envolveu inacreditáveis falcatruas comprovadas por jornalistas (RIBEIRO JR. 2012), Procuradores da República e PF (mas não punidas). Viabilizou a metamorfose de acadêmicos governistas em banqueiros e estufou criminosas contas de dezenas de bilhões de dólares (enviadas via CC5) nos paraísos fiscais (Suíça, Ilhas Virgens, etc.), usadas como Caixa 2 do PFL (DEM) e PSDB, ou para outras “operações”. A herança maldita dos acordos do Consenso de Washington garante que os credores e detentores dos títulos da dívida pública, externos e internos (cerca de 20 mil famílias), embolsem um valor anual crescente: de R\$ 20 bilhões de Reais em 1994 para mais de R\$ 1 Trilhão em 2012 (FATORELLI ÁVILA 2013).

É muito desorientador o uso e abuso, analítico e político, da difundida *noção* de “neoliberalismo”, caracterizado até como “nova etapa” do “capitalismo



globalizado”. Não se trata, aliás, de um conceito, mas apenas de uma “noção” indeterminada e mistificadora, que ergue uma blindagem a qualquer explicação do seu significado. A questão do rótulo adequado para as políticas de privatização e de destruição das conquistas sociais poderia ser deixada de lado; pois seria enfadonho discutir sobre fórmulas diferentes se seu conteúdo básico fosse o mesmo. É certo que sua caracterização como “neoliberal” (devido ao conteúdo progressista do liberalismo antifeudal que vai dos iluministas franceses, Smith e Ricardo a Garibaldi) esconde o **caráter pseudoliberal, neoconservador e protofascista**, tanto “teologia fundamentalistas de mercado” de Hayek, quanto das mais abrangentes políticas anticrise da burguesia monopolista atual. Não devemos esquecer que a burguesia busca impor suas políticas **impondo seu vocabulário**: palavras carregadas de ideologia, que naturalizam relações de dominação, como se fossem parte do ar que respiramos (Cf. CRÍTICA DO USO E ABUSO DAS NOÇÕES DE “GLOBALIZAÇÃO” E “NEOLIBERALISMO”, VODC5 2001, rep. VO18 2011).

Estas objeções seriam secundárias se esta noção fosse saturada por uma análise teórica correta das tendências de movimento do objeto a que se refere. A questão não é, no entanto, meramente terminológica: **é necessário criticar a noção de neoliberalismo, não por causa do seu nome, mas por causa da sua substância**. Para Lênin o liberalismo entrou no seu ocaso como ideologia burguesa e como forma de Estado burguês quando o capitalismo chegou a um grau muito elevado do seu desenvolvimento e, segundo a famosa fórmula contida no ensaio popular sobre *O Imperialismo*, “algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a *transformar-se no seu oposto*” (LENIN 1916 LOC55 v. 27: 404). Esta categoria dialética é muito valorizada pelo revolucionário russo no seu *Resumo da Ciência da Lógica de Hegel*, em que destaca – numa passagem sobre “identidade dos contrários” e “negação da negação” (HEGEL 1812-16, Buch I, Abschnitt I, Kap. II) a diferença entre evolução gradual e o desenvolvimento contraditório mediante a “*transformação em seu oposto*” (LOC55 1903-1916 v. 29: 75-216, esp. 96). No caso concreto, a elevadíssima “concentração da produção e do capital”, é o primeiro dos célebres “cinco traços fundamentais” que determinam a categoria Imperialismo. É o mais básico dos complexos essenciais da nova “*fase particular do capitalismo*”, a “fase monopolista do capitalismo”, quando o domínio da “oligarquia financeira” supera o *laissez-faire*: “a livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o *monopólio é precisamente o contrário* da livre concorrência, mas esta começou a *transformar-se em monopólio*” (Id. 1916 LOC55 27: 405, grifos meus). Aqui Lênin evoca a “tendência histórica da acumulação capitalista” referida por Marx:

(...) o que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Esta expropriação se faz por meio das leis iminentes da



produção capitalista, por meio da *centralização de capitais*. Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização, à *expropriação de muitos capitalistas por poucos*, desenovele-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação consciente da ciência, a exploração planejada, a transformação dos meios de trabalho em meios utilizáveis só coletivamente (...) o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e o caráter internacional do capitalismo. (...) O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, produz a *propriedade privada capitalista*. Esta é a *primeira negação da propriedade individual, baseada no trabalho do proprietário*. Mas a produção capitalista gera (...) sua própria negação. É a *negação da negação*, que não restabelece a propriedade privada para o produtor, mas lhe dá a propriedade individual baseada nas conquistas da era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção. (MARX 1867, DK I: 790-91; trad. I/2: 293-94)

Este processo de *negação da negação*, superação dialética instauradora de uma nova positividade socialista, é uma revolução proletária. Empurrada pelo amadurecimento de condições objetivas e utilizando mediações “políticas” este processo não pode ocorrer sem consciência socialista e só pode avançar como superação do capitalismo após a conquista do poder político por forças revolucionárias hegemônicas pelo proletariado. Trata-se aí da *política* de emancipação do trabalho, ainda afetadas pela pressão alienante da existência do capital e das classes. Esta política deve ser consciente dos seus limites e de suas funções estratégicas na totalidade da prática social; orientada para a condução da *desalienação progressiva* mediante a superação da “pré-história da sociedade humana” e *construção da sociedade socialista*. Como qualquer superação concreta ela depende da formação prévia e não poderá surgir como complexo direto, não mediado: sua positividade enquanto *sociedade humana* se constituirá mediante realizações qualitativamente diferentes nas suas sucessivas fases de transição e desenvolvimento (como Marx salienta na *Crítica ao Programa de Gotha*). No caso da “*transformação em seu contrário*” inerente ao processo de *formação do capital financeiro* há uma *negação determinada* do capitalismo competitivo, que não só conserva num nível mais elevado alguns momentos do seu conteúdo anterior: *exacerba as contradições do domínio do capital, do modo de produção capitalista e da totalidade das formações sociais capitalistas*. O que Lênin aponta é que as velhas contradições e conflitos postos pelo modo de produção especificamente capitalista de mercadorias em sua fase de “livre concorrência” reaparecem superadas/preservadas e transformadas no capitalismo monopolista (seu oposto); mas reaparecem em um nível mais elevado, como **contradições mais agudas, destrutivas e desestabilizastes**.



As novas determinações do desenvolvimento capitalista, que se torna monopolista-imperialista, engendram novas formas de antagonismos: *“as associações internacionais de capitalistas monopolistas” chocam-se necessariamente com as restrições exercidas pelos Estados capitalistas contra seus rivais; o movimento de libertação nacional torna-se antagônico ao capitalismo ao desenvolver-se como oposição dialética ao imperialismo.* A originalidade decisiva da análise de Lênin (em contraste não só com Kautsky e Hilferding, mas também com Bukhárin) consiste em inserir a tendência à agudização dos antagonismos interimperialistas e aprofundamento da opressão nacional na análise do desenvolvimento cada vez mais desigual do capitalismo monopolista: *“O capital financeiro e os trusts aguçam, ao invés de atenuar, as diferenças no ritmo de crescimento dos diversos elementos da economia mundial”* (LENIN 1916 LOC55 27: 414). A *“agudização das contradições é a força motriz”* do período iniciado com o domínio pleno do *“capital financeiro mundial”*: 1) exacerba-se a dominação dos cartéis, a rivalidade entre Estados imperialistas e a *“exploração cada vez maior”* do *“território econômico”* das nações oprimidas e dependentes; 2) a oligarquia financeira *“tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas”*; 3) o Estado capitalista se torna um instrumento acelerador cada vez mais indispensável à acumulação privada das grandes corporações monopolistas; 4) formam-se *“Estados-rentiers”*, em que *“a burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais”* (que se tornou mais importante do que a exportação de mercadorias); 5) as classes dominantes *“parasitárias”* dos países metropolitanos, obtendo superlucros monopolistas, adquirem durante algum tempo a capacidade de subornar setores do proletariado interno, o que torna decisivo a luta contra o oportunismo; 6) o imperialismo acelera o desenvolvimento do caráter social da produção (em contradição com a manutenção do seu envoltório de apropriação e controle privado); 7) os representantes da oligarquia financeira abandonam o liberalismo assumindo concepções tecnocráticas (Cf. Ibid. Cap. X: O Lugar do Imperialismo na História: 442-449).

Em vários escritos dos anos 1917/23, Lênin formula a tese do surgimento do capitalismo monopolista de Estado; caracterizado como ditadura econômica e política dos monopólios. Em *O Socialismo e a Guerra*, o Estado burguês não só aparece colocado a serviço dos monopólios, mas de certo modo fundido com ele. A partir do estudo do desenvolvimento da lógica do próprio modo de produção capitalista, Lênin acentua a característica nova da organização dos monopólios em poder político: *“a união da força gigantesca do capitalismo com a força gigantesca do Estado em um só mecanismo”* (LENIN 1917 LOC55 32: 90). Harold Laski, trabalhista de esquerda britânico, também demonstra que o Estado liberal e a ideologia liberal não poderiam sobreviver ao desaparecimento das condições em que surgiram e eram funcionais. Quando o capitalismo concorrencial transforma-se em capitalismo monopolista, o

liberalismo como “espírito informador dos hábitos das instituições” é “sacrificado”, pois “era prisioneiro da finalidade que deveria ter sido o seu destino servir” (LASKI 1936: 188-9). Até mesmo um economista burguês como Keynes escreve “*The End of Laissez-Faire*”, reconhecendo a seu modo o desaparecimento do liberalismo junto com o capitalismo concorrencial (KEYNES 1931). Florestan Fernandes - em entrevista na qual polemiza com Francisco Weffort, então secretário-geral do PT depois Ministro de FHC, que defendia a “fecundação recíproca entre marxismo e neoliberalismo” – diz: “*Eu não acredito na existência de um neoliberalismo; ainda não se encontrou uma ideologia adequada para essa manifestação do capitalismo monopolista e do padrão correspondente de imperialismo*” (FERNANDES 1990: 6). Florestan volta ao tema em artigo posterior, em que faz a defesa do socialismo proletário e ironiza a ladainha da direita sobre a “morte do marxismo”:

Ora, o que se deve questionar é a existência de um ‘neoliberalismo’ (...). Que ‘neoliberalismo’ poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista e seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou destas metamorfoses do capital. (...) O neoliberalismo não possui nenhum espaço para concretizar-se porque nessa situação histórica o liberalismo foi liquidado (FERNANDES 2005: 201; é esclarecedor a respeito ler o conjunto do artigo: 201-216).

É claro que os descendentes da economia vulgar “neoclássica” são muito influentes. Não se pretende, tampouco, negar a influência dos monetaristas e outros ideólogos da direita radical seguidores de Hayek, Ludwig Von Mises, Friedman, Karl Popper, etc. Este grupo de críticos da socialdemocracia, keynesianismo e *New Deal*, se reunia periodicamente a convite de Hayek numa luxuosa estação da Suíça. Aí teorizavam sobre um capitalismo ultraprivatista. São estes intelectuais que são designados como “neoliberais”; ainda que a revelia: o “papa” Hayek repudiou publicamente esta classificação. O que interessa é: *as políticas reais da direita radical são muito distintas da proclamada “retirada radical da intervenção do Estado na economia” proposta por estes ideólogos.* A apologia do que estes autores entendem por “ordem espontânea nos mercados livres” se desdobra num individualismo possessivo extremista que *considera quase toda a ação do Estado (salvo garantir os direitos de propriedade) desnecessária ou ilegítima.* Tanto a escola austríaca, quanto a de Chicago abominam o planejamento governamental e defendem a privatização completa: de toda a propriedade e infraestrutura estatal; de todos os serviços, inclusive segurança e “ordem” (que seriam fornecidas por seguradoras e “agências de proteção” privadas). Alguns como Mises e Friedman (e, claro, o “anarcocapitalista” Robert Nozick) chegam a defender a privatização plena da emissão de moeda e a abolição de toda



legislação em questões de poluição, segurança industrial e drogas. Qual governo do mundo coloca em prática plenamente estas receitas doutrinárias?

Em todos os países imperialistas o gasto público aumenta ano a ano. O dito “Estado de Bem Estar” está em crise - subjugado pelas contradições insolúveis do capitalismo monopolista; vem sendo muito atacado - mas não foi desmantelado em nenhum país metropolitano. O complexo militar-industrial vai a todo vapor, ligado a algo como um “keynesianismo de guerra”. Sob este aspecto, os Governos de Reagan e da baronesa Thatcher (citados como protótipos de “governança neoliberal”), enfraqueceram o “Welfare State” para fortalecer um **Warfare State**. Ao contrário do que ocorreu nos países latino-americanos - submetidos ao FMI, ao *Consenso de Washington* – o núcleo da política estadunidense “segue o mesmo caminho de keynesianismo de linha dura” desde a Segunda Guerra; enquanto impõe o desmantelamento dos “orçamentos para fins sociais” – educação, saúde, habitação, etc. – “os EUA aumentam incomensuravelmente seu orçamento militar para fins totalmente irracionais ainda que dentro da ‘racionalidade’ keynesiana” (SAXE-FERNANDES 1989: 77-79). Os economistas da “megera de ferro” citavam Hayek para dar suporte ideológico às medidas antitrabalhistas, ao mesmo tempo em que praticavam políticas estatais pesadas de apoio aos monopólios e financiamento de seus déficits patrocinados pelo Estado. De qualquer modo, quando governos de direita radical legitimam seus “ajustes selvagens” privatistas por aspectos selecionados do que se convencionou chamar “doutrinas neoliberais”, sua aplicação redundava num completo desastre econômico, inclusive no objetivo único a que se propõem: revitalizar o crescimento e a acumulação capitalista.

De Adam Smith e Ricardo a Hayek e Friedman a economia política evaporou-se como ciência social objetiva e abrangente. Os economistas perderam o status de “sacerdotes da burguesia” progressista antifeudal, mas ganharam a condição de **tecnocratas e manipuladores neopositivistas das tecnoestruturas do capitalismo senil**. O discurso daqueles ideólogos pode ser “formalmente coerente” (como, aliás, acontece com muitas formas de psicopatologia); mas não tem nenhum valor teórico-científico relevante. Sua função é coesionar ideologicamente a direita radical. Em grande parte é mero engodo, como foi um engodo o “discurso liberal” dos patrocinadores do golpe de 64. É conhecido o crescimento da ação econômica estatal sob o domínio dos tecnocratas que se autoproclamavam “liberais” – como Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Delfim Netto e Mario Simonsen – que chefiaram os ministérios da área econômica na ditadura militar. Se a palavra “liberalismo” tem algum significado, estamos diante de uma violenta reação “antiliberal”. Desde o início da década de 1970 estamos diante de uma ofensiva da burguesia monopolista que concretiza **a mais violenta intervenção estatal na economia da história do capitalismo**. Intensifica-se de modo espetacular o



protecionismo (expressão da guerra comercial entre as potências capitalistas). Desde o dólar “inconvertível” decretado por Nixon em 1971, houve uma escalada da intervenção direta e cotidiana dos Estados nos mercados monetários e financeiros. Tornaram-se rotineiras gigantescas operações de doação do dinheiro público para salvar monopólios capitalistas em bancarrota a cada recidiva conjuntural da crise estrutural. Sua maior manifestação no Brasil (o citado PROER de FHC) foi uma migalha se comparado à queima de trilhões de dólares pelos Estados imperialistas em 2007-2009.

O Estado e o sistema dos monopólios (que é em si uma das formas da intervenção direta do Estado na economia) passaram a exercer a função de reguladores das contradições do capitalismo monopolista/imperialista. A retórica “neoliberal” demoniza o Estado e promove infames campanhas sobre “o mercado livre” e a “criatividade privada”. O que ocorre na real política dos governos que se legitimam apelando para o “fundamentalismo de mercado” dos teólogos neoliberais é um **reforço da intervenção estatal a serviço dos monopólios capitalistas.** *A burguesia não pleiteia um Estado mínimo para a classe burguesa.* Pode-se dizer, focando certos aspectos, que *há um Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores.* Há uma ofensiva para eliminar sua face de “bem estar social”: garantias sociais, direitos democráticos e serviços públicos conquistados pelo movimento proletário e popular. Isto se combina, por outro lado, com o aumento da intervenção do Estado em prol dos interesses monopolistas e imperialistas: apoio à acumulação e centralização de capital; transferência do máximo da riqueza e poupança pública nacional para o capital financeiro (medida – sempre temporária - de estabilização); privatizações e desnacionalizações nos países dependentes, enquanto se reforça o complexo militar-industrial e se consolida as tecnoestruturas da oligarquia financeira nos países imperialistas; pressão diplomática-militar pela “abertura do mercado” para o *comércio desigual* e para a rapinagem das transnacionais, enquanto se reforça o protecionismo nos países imperialistas; “desregulamentação” do mercado financeiro e de controles públicos sobre o grande capital, enquanto se reforça a proteção legal das *patentes*, “regulação” (econômica, política, diplomática) e cobertura militar dos interesses monopolistas-imperialistas. O sistema capitalista não sobrevive um dia sequer sem as múltiplas formas de intervenção massiva do Estado.

Diante do desastre social produzido pela crise estrutural do capitalismo e agravado pela ofensiva da direita radical, surgem os defensores de uma pretensa “terceira via” entre o “neoliberalismo” e o “velho estatismo” (com conotação pejorativa para referir-se não só aos comunistas e à revolução proletária, mas também ao reformismo moderado dos “nacional-populistas” e “velhos social-democratas”). Estes pretensos “paladinos do novo”, *legitimadores da reestruturação apassivante do poder monopolista/imperialista,*



se apresentam como “novos trabalhistas” ou “novos social-democratas”, “social-liberais” (Bresser-Pereira) ou “neodesenvolvimentistas” (PT), “neokeynesianos”, “neo-institucionalistas”, e até “neossocialistas”. Seria necessário abandonar o “velho” socialismo marxista e formular uma “teoria antineoliberal”. Assim, até FHC se diz “antineoliberal” e escreve um elogio do “neo-estruturalismo pós-keynesiano” como um “novo paradigma” analítico e programático alternativo, que “desnuda as implicações ideológicas do neoliberalismo contemporâneo e mostra as consequências sociais das medidas preconizadas pelos seguidores de Milton Friedman”, delineando “uma solução para os dilemas econômicos e políticos da atualidade na América Latina” (CARDOSO: Contracapa, In: VILARREAL 1994).

Tanto no caso do tucanato, quanto no do “Campo Majoritário” do PT, trata-se de algo inferior a um “etapismo rebaixado”, trata-se de um **novo conservadorismo**. Porque a antiga estratégia, reformista e mecanicista, de alguns PCs (que seguiam as indicações do VI Congresso da IC para supostos “países coloniais e semicoloniais”) concebia a aliança com a burguesia para realizar “revolução democrático-nacional” visando desenvolver o capitalismo *apenas como uma “etapa”,* a ser seguida outra socialista. Já este tipo de pretensa “nova esquerda” considera “a democracia” (**burguesa**) como um “valor universal” acima das classes e das lutas de classes. Na realidade consideram a dominação cada vez mais autocrática dos monopólios como “*estação terminal*” da história. Eles desconsideram a concepção marxista de luta por uma democracia nova, a democracia proletária socialista, radicalmente diferente das instituições burguesas. Algo que só pode surgir mediante uma revolução, um salto de qualidade, uma descontinuidade dialética: preserva conquistas do passado, mas produz, num processo emancipador, uma realidade social nova.

O historiador inglês, Perry Anderson é um prestigiado difusor da tese de que a “hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia” estaria destinada a ter uma longa vida. A tese aparece no famoso e instigante ensaio “Balanço do Neoliberalismo”, apresentado no Seminário “Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático”, realizado em 1994 no Rio de Janeiro, cujos textos e debates foram reunidos por Emir Sader e Pablo Gentili em livro homônimo. Neste ensaio Anderson diz que o “neoliberalismo “triunfou plenamente” como um “movimento ideológico, em escala verdadeiramente planetária, como o capitalismo jamais havia produzido no passado; trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem, em uma ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON et al. 1995: 14 e 22). Ora, o que realmente se constituiu numa constante teórica das “elites” militares, políticas e econômicas é o neopositivismo; que recusa por princípio qualquer colocação ontológica como “não-científica”. Sob este ângulo, a filosofia da ciência Popper e o



embasamento epistemológico da economia de Hayek são muito mais consistentes intelectualmente do que a retórica de Friedman. Não negamos a necessidade de submeter o pensamento da direita radical a uma análise crítica rigorosa. Anderson tem proporcionado contribuições competentes a este respeito (Cf. Id. 1998, 2005). O problema está em que justamente por não criticar seu epistemologismo, Anderson não chega a realizar uma crítica radical de suas inconseqüências teórico-científicas. O que queremos evidenciar aqui é, porém, o escasso peso programático real do chamado “neoliberalismo”.

Os seguidores de Hayek e Von Mises compõem apenas uma tendência (minoritária) do novo bloco ideológico imperialista-monopolista, diante das: outras filosofias neopositivistas de diversos matizes, várias adaptações do pensamento weberiano (de Parsons e Aron a Habermas), múltiplas versões de “ocidentalismo”, concepções elitistas da “democracia” (Schumpeter, etc.), ideologias gerenciais das “tecnoestruturas” (Galbraith, etc.), mitos do “fim das ideologias”, “pós-modernismos”, etc. (Cf. MÉSZÁROS 1994 2ª ed. ampliada 2005). O pensamento hegemônico nos círculos do Departamento de Estado dos EUA tem como referência maior o filósofo neoconservador extremista Leo Strauss (1899-1973), que *sempre desprezou explicitamente qualquer liberalismo*. Strauss realizou uma improvável “síntese” filosófica; fundindo Platão com Nietzsche e Heidegger, sionismo conservador com a doutrina jurídica nazista de Carl Schmitt. Leo Strauss defende a elaboração de uma “vasta estratégia mundial”, conduzida por um “governo real neoaristocrático”, para lutar contra os “perigos” da “soberania popular” e do socialismo. Entre os inimigos estão: a “nova democracia liberal constitucional”, os “movimentos do terceiro mundo hostis ao Ocidente”, a “ameaça das massas” que apontam para o “caos de uma revolução permanente”. Este “governo real”, incrustado de modo permanente no Estado e distinto dos governos de fachada eleitos, deve perseguir como objetivo prioritário a manutenção da “ordem política” e seria formado por uma “classe de cavaleiros” de confiança das corporações multinacionais (STRAUSS *pm* 1981, posição assumida, com nuances, por outros importantes ideólogos do pentágono, HUNTINGTON 1968, BRZEZINSKI 1970). Nesta perspectiva, torna-se indispensável reverter a hostilidade das chamadas “classes médias” (especialmente a intelectualidade) e ganha-las para uma disposição cooperativa com o “globalização modernizante” (que “dinamiza” o novo mundo da “era tecnocrônica”) liderada pelos EUA “construtivamente disposto a exportar seu *know-how*”, pois embora se admita que “isto tudo tem nuances imperiais” seria “enganoso rotulá-lo como tal” (Id.: 45).

O eufemismo “globalization” faz sua estreia nas teses oficiais através das quais o campo imperialista busca uma nova “estratégia de bloco”. Responde à necessidade reciclar as teorias originais da modernização (ROSTOW 1960) e aspectos desmoralizados da *Realpolitik*. A nova estratégia global deveria ser capaz de conter e reverter (*roll-back*) a existência dos “Estados Comunistas”,



“reciclar as multinacionais”, reestruturar planetariamente a organização da produção (Trilateral Commission 1977). Os “straussianos”, que participam de governos republicanos e democratas, defendem explicitamente o *casamento das corporações transnacionais com um Estado voltado permanentemente para a guerra*. É através dos subsídios do Estado ao complexo militar industrial, que as grandes corporações mantêm suas colossais estruturas e suas pesadas políticas de inovações; controlando e subordinando o mercado. A partir da pesquisa de interesse militar desenvolvem novas linhas de produtos civis, transformando alentados custos em capital fixo e módulos de grande escala em preço unitário dos produtos suficientemente baratos (pois os custos dos projetos são pagos pelo Estado, com seu colossal orçamento de *Warfare*). Os intelectuais orgânicos da **interpenetração dos monopólios com o Estado em uma estrutura articulada de dominação** não deixam de falar em “democracia liberal”. Assim Francis Fukuyama, seguidor de Leo Strauss, destacada figura entre os novos ideólogos do Departamento de Estado dos EUA, proclama o “fim da história”; isto é, a tese da eternização da ditadura dos monopólios, apresentada como triunfo ideológico definitivo da “democracia liberal Ocidental” (sic) sobre todos os seus concorrentes (FUKUYAMA 1989 e 1992).

As medidas dos governos dos países dependentes que se subordinaram às imposições do FMI (na América Latina, os que aderiram ao “Consenso de Washington”) formam um pacote de políticas, mais ou menos empíricas e conjunturais, destinadas a garantir os interesses do capital financeiro internacional (notadamente o imperialismo estadunidense) e descarregar a crise do capitalismo (que inclui a “crise fiscal” do Estado burguês) nas costas dos trabalhadores e dos povos oprimidos. *É justamente porque o capital monopolista necessita desesperadamente do apoio do Estado para alavancar a acumulação e centralização de capital, que há uma imensa pressão por um tipo de reorganização das finanças estatais*. O grande capital (principalmente as frações imperialista e monopolista interna mais internacionalizada): não abre mão da prioridade para o pagamento da dívida pública, opõe-se ao controle público sobre capitais e remessa de lucros, não aceita aumento de impostos sobre a acumulação capitalista (pelo contrário, exige sua redução). Sendo assim, num governo passivamente integrado no bloco de poder monopolista, os custos e o peso do que os tecnocratas do capital monopolista chamam de “saneamento das finanças públicas” só poderia incidir sobre os gastos de “legitimação” (e secundariamente em infraestrutura). Reverente, Perry Anderson atribui a estas políticas uma “racionalidade ordenadora” que seria o resultado da fundamentação teórica fornecida pela escola de Hayek: o “neoliberalismo que foi e é uma doutrina completa e coerente” (ANDERSON 1994: 148, grifos do Autor). Para ele “não existe qualquer concepção alternativa coerente” ao “neoliberalismo”, já que “o keynesianismo é



um cachorro morto” e o socialismo não seria uma alternativa operante, pois “não tem mais força efetiva no espaço político” (Ibid.: 149).

Outro teórico “pós-althusseriano”, o sueco Göran Therborn, diz na mesma coletânea: “no atual período, o capitalismo não enfrenta uma contradição econômica estrutural, uma crise econômica estrutural”, a contradição fundamental atual seria “mais ideológica que econômica” (Ibidem: 47). Ficamos confinados à luta ideológica entre a “ideologia neoliberal” e a “ideologia antineoliberal”. Os principais embates e contradições sócio materiais da nossa época – burguesia *versus* proletariado, capitalismo *versus* socialismo, imperialismo *versus* povos oprimidos, conflitos inter imperialistas – “se desmancham no ar”. As lutas de classes, o enfrentamento entre o movimento burguês e o movimento proletário e popular, desaparecem do campo político. Sem dúvida as ideologias tem um papel cada vez mais importante nas lutas de classes; mas esta centralidade absurda atribuída à “ideologia neoliberal” - que, com a conotação imputada, não possui a mínima possibilidade de arrebatá-lo duradouramente as massas (nem mesmo nos países imperialistas, menos ainda nos dependentes) - resvala no idealismo. Cabe aí a crítica de Benjamin a Adorno: “a luta revolucionária não se trava entre o capitalismo e o espírito, mas entre o capitalismo e o proletariado” (BENJAMIN 1934: 201).

É compreensível que o companheiro Perry Anderson encontre na tradição de lutas populares da América Latina, desde a revolução cubana, um alento para contrabalançar o pessimismo europeu (em particular britânico). Avanços efetivos (e objetivas potencialidades) no enfrentamento da ofensiva planetária da direita radical existem aqui, mas devem ser analisados com realismo. Num ensaio de grande repercussão internacional, *O Brasil de Lula*, ele defende a tese de que o Governo Lula foi uma bem sucedida experiência antineoliberal: “o presidente lançou um contra-ataque agressivo às privatizações do governo anterior (...) longe de qualquer continuidade, havia um abismo entre o seu governo [o de Lula] e o de Fernando Henrique Cardoso: nem uma empresa foi privatizada no governo Lula” (ANDERSON 2011: 11; trad.: 30). Isto seria verdade se o Governo Lula reestatizasse as empresas estratégicas criminosamente apresentadas ao capital financeiro por FHC. É evidente que isto não aconteceu! Pelo contrário, Lula em lugar de implantar uma administração voltada para os interesses das maiorias, aprofundou o programa de contrarreformas do seu antecessor. Isto ocorreu no conjunto dos seus aspectos, incluindo novas privatizações: previdência social; diretrizes dos serviços públicos e ensino superior; PPPs e novos tipos de regime jurídico de instituições públicas como instituições de direito privado; conversão dos Fundos de Pensões em poderosa fração do capital financeiro; redução da ação das próprias “agências reguladoras” sobre setores-chaves para o bem estar da população e o desenvolvimento do país.



Já o esforçado apologista dos governos Lula e Dilma, Emir Sader escreveu: “o período histórico atual está marcado pela hegemonia neoliberal, o que o coloca como eixo do campo político o enfrentamento entre o neoliberalismo e o pós-neoliberalismo”. Sader se derrama em elogios à Lula: chega a defender a “Carta ao Povo Brasileiro” (que garante subordinação ao FMI e ao capital financeiro internacional) e a intensificação do ajuste fiscal (herdado de FHC e também imposto pelo FMI). Segundo Emir, o “governo Lula pertence a uma das vertentes que compõem o *campo pós-neoliberal* na América Latina, junto aos governos argentino e uruguaio”. A outra vertente seria composta pelos governos de Chávez na Venezuela, Evo na Bolívia e Correa no Equador, que seriam não só antineoliberais, mas também “anticapitalistas”. Sader faz por fim algumas ressalvas pelo “fato de o governo Lula não ter removido fatores estruturais do neoliberalismo”, mantendo a “hegemonia do capital financeiro”, a “taxa de juros mais alta do mundo”, e o poder dos monopólios da terra e da mídia privada. Caracteriza então o governo Dilma como algo “que continua em disputa” (SADER 2011: 123-127). Bem, se Lula não atacou os “fatores estruturais do neoliberalismo”, então convenhamos que dentro da lógica de Emir Sader o “antineoliberalismo” lulista é bem superficial. Por que o Brasil estaria vivendo um período “pós-neoliberal” se, segundo o próprio Sader, Lula não removeu os “fatores estruturais do neoliberalismo”? Para dar uma resposta adequada aos problemas que embaraçam estas concepções apologéticas é necessário criticar/superar as noções confusas de “neoliberalismo” (e “social-liberalismo”).

As referidas políticas reacionárias e os chamados “fatores estruturais” a que Sader se refere, são elementos distintos, ainda que entrelaçados. As políticas impostas pelas elites do capital monopolista são respostas do bloco da grande burguesia à própria crise estrutural do capitalismo. O enfrentamento popular dos aspectos estruturais exige uma política de mobilização e elevação do nível de organização e consciência das massas. Uma vitória eleitoral não é uma revolução. No entanto, o PT poderia desenvolver uma prática consequente capaz de explorar o enlace dialético entre reforma e revolução, caso fosse de fato um partido ligado às necessidades históricas do proletariado e dos movimentos populares radicais. Um partido autenticamente popular que “ocupe o poder” poderia contribuir para abrir a ordem existente com reformas sociais de interesse dos trabalhadores e oprimidos, que ganhariam peso e voz na esfera política hoje monopolizada pela burguesa. Por aí poderia contribuir para formar as premissas históricas da solução da questão do Estado, a *conquista do poder*, sem o que é inviável avançar para a revolução socialista (sem o que, aliás, seria inviável avançar efetivamente no sentido de uma transformação social “anticapitalista”). Só ingênuos podem acreditar que o PT vá por aí. Ele está incorporado ao bloco de poder do grande capital e faz parte do seu “bloco ideológico negativo”, cuja função é prevenir e neutralizar qualquer projeto de efetiva emancipação das classes exploradas e



subalternizadas. É necessário formar **outro tipo de partido**. Um partido revolucionário capaz de desenvolver as complicadas estratégias necessárias para organizar o proletariado e “os de baixo”, avançando nos combates defensivos e ofensivos contra as classes dominantes (e suas “elites”, dos empresários aos militares). Cumpre destacar que hoje, *sem consciência social socialista de massas não haverá reforma social nem revolução*. Devemos, portanto, ir além das lutas defensivas de resistência contra os ataques das classes dominantes aos direitos dos trabalhadores e das massas populares. É necessário ir além da denuncia das ideologias conservadoras e aprofundar o conhecimento teórico da realidade social brasileira. É necessário **avançar na organização do bloco revolucionário com um programa anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário**. Esta é a **mediação fundamental da estratégia socialista em nosso país**, capaz de viabilizar a necessária acumulação de forças para a **destruição do Estado autocrático dos monopólios**, a instauração de um **poder revolucionário** e a **revolução contra a ordem capitalista dependente que abra caminho para o socialismo** (única alternativa realista e viável contra a catástrofe social que já nos aflige, provocada cotidianamente pelo domínio do capital).

BOX 2

GRAMSCI E O CONCEITO DE “TRANSFORMISMO”

A palavra “*transformismo*” foi tomada por Gramsci da linguagem comum e reelaborada como *categoria histórica* que ganha uma complexa e riquíssima saturação dinâmica em conexão com a categoria “*revolução passiva*”. Ele aborda o “*transformismo*”, nas suas várias expressões, como momento interno do problema da “*revolução passiva*” ou “*revolução restauração*”, referido inicialmente ao *Risorgimento*: o “processo de formação do Estado moderno na Itália” (GRAMSCI 1975 Q19: trad. v. 5: 286). A categoria “*revolução passiva*” lhe parece adequada “não só para a Itália, mas também para os demais países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (Q4; trad. v. 5: 209-10). Gramsci tornará esta categoria o centro unificador de suas reflexões sobre as modalidades de transformação capitalista “pelo alto” em contraposição ao tipo clássico de hegemonia nacional-popular-democrática realizada pelos jacobinos. O “*transformismo*” é constitutivo da “forma” de hegemonia burguesa “limitada” realizada nos processos de “*revolução passiva*”. No caso italiano o “*transformismo*” foi “expressão política” da histórica “ação de direção” dos “moderados” liderados por Cavour sobre a oposição democrática reunida no *Partido d’Azione* (Mazzini e Garibaldi). A “absorção de



elementos ativos, tanto das classes aliadas como das inimigas” assume dois aspectos distintos: de “*direção*” no interior da classe dominante e dos dirigentes assimilados e um de “*domínio*” sobre o conjunto das classes constitutivas da formação social (Cf. Q1: 41). O “transformismo” de dirigentes e até de “grupos radicais inteiros que passam para o campo dos moderados” foi resultado de longa “ação hegemônica intelectual, moral e política” que “elabora uma classe dirigente sempre mais ampla”, através da “absorção gradual, mas contínua e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos”. Esta capacidade de “direção política” torna-se “função de domínio” porque desorganiza politicamente as “classes subalternas”, produzindo impotência na medida em que a “absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e à sua aniquilação por um período muito longo” (Q19: 2010-11; trad. v. 5: 63). O poder de atração do bloco dirigido pelos moderados (“vanguarda real, orgânica das classes altas”) era “função” da “condensação” e “organicidade de suas relações com os grupos sociais de que era expressão”. Para que “o *Partido d’Azione* se tornasse uma força autônoma” e imprimisse ao *Risorgimento* um “caráter mais acentuadamente popular e democrático” seria indispensável contrapor à “atração espontânea” dos moderados um “programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses” (Q19: 2011-112; trad. v. 5: 64-5).

Na “ausência de iniciativa popular” autônoma, o “progresso” (as aspas são de Gramsci) ocorre como “restauração”, como “reação das classes dominantes à subversão esporádica e desorganizada das massas”; são “restaurações progressivas” que acolhem “uma parte das exigências populares” para, ao mesmo tempo, modernizar a sociedade e viabilizar a **persistência de antigas estruturas sociais e políticas** no interior de um involucro renovado (Q8: 957). As “*revoluções passivas*” podem ser: variantes “não clássicas” de revoluções burguesas em transições de sociedades pré-capitalistas para o capitalismo que contornam a revolução democrática; ou ulteriores desdobramentos das revoluções burguesas já dentro do capitalismo em favor da sua consolidação ou manutenção renovada, incluindo as modernizações conservadoras embutidas na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, como o fascismo e o “americanismo-fordismo” (forma superior de “revolução passiva”). A “passividade” nestes casos é das “classes subalternizadas” e não das classes dominantes. A exaustiva análise de Gramsci sobre a “revolução passiva” visa orientar “o que fazer?” para pensar estrategicamente uma “anti-revolução passiva”, isto é, construir o partido (“intelectual coletivo”) e o bloco histórico revolucionário que viabilize uma “revolução ativa”.